



UFSM

Dissertação de Mestrado

**O CONCEITO DE COMPREENSÃO NA ‘HISTÓRICA’
DE JOHANN GUSTAV DROYSEN**

André Roberto Cremonezi

PPGF

SANTA MARIA, RS, BRASIL

2005

UFSM

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O CONCEITO DE COMPREENSÃO NA ‘HISTÓRICA’
DE JOHANN GUSTAV DROYSEN**

ANDRÉ ROBERTO CREMONEZI

PPGF

SANTA MARIA, RS, BRASIL

2005

**O CONCEITO DE COMPREENSÃO NA ‘HISTÓRICA’
DE JOHANN GUSTAV DROYSEN**

por

ANDRÉ ROBERTO CREMONEZI

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Área de Concentração em
Filosofia Transcendental e Hermenêutica, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Filosofia.

PPGF

Santa Maria, RS, BRASIL

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**O CONCEITO DE COMPREENSÃO NA ‘HISTÓRICA’
DE JOHANN GUSTAV DROYSEN**

elaborada por
André Roberto Cremonezi

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Filosofia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Róbson Ramos dos Reis
(Presidente / Orientador)

Prof. Dr^a. Maria das Graças de Souza

Prof. Dr. Noeli Dutra Rossatto

Santa Maria, 05 de agosto de 2005

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Róbson Ramos dos Reis, orientador desta dissertação, pelos ensinamentos, pela confiança, amizade e pelas lições de profissionalismo.

Ao Departamento de Filosofia e ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFSM, ao seu Coordenador, Prof. Dr. Abel Lassalle Casanave, assim como a todos os professores e funcionários que integram o respectivo Programa, a quem devo a minha formação. Um agradecimento especial aos professores e amigos Albertinho L. Gallina e Christian V. Hamm, pela presença constante ao longo de minha formação acadêmica.

A todos os meus familiares, especialmente aos meus pais, pela vida, confiança, incentivo e apoio, em todos os momentos de minha vida.

Aos amigos Jair e família, Vera e família, Aida e família, Alexandre e Andréia, Leocir Bressan, Jorge, Élsio e Letícia, assim como a todos os amigos e amigas, a quem não pude dedicar a atenção que desejava, nestes últimos dois anos.

À Julia Specker, pela amizade e por toda ajuda recebida ao longo do processo de pesquisa e redação desta dissertação.

À Silvia Cainaiello, do Centro di Studi Vicchiani – Nápoles –, pelo apoio e pelo auxílio na busca de materiais para pesquisa.

Um agradecimento especial à Mónica, pelo companheirismo, pela compreensão, pela paciência e injeção de ânimo.

Ao CNPq – Brasil, pelo financiamento, e à UFSM, por oportunizar condições de formação no Ensino Superior.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	iv
Sumário.....	v
Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – Gênese, composição e estruturação da <i>Histórica</i>	9
1.1 – Gênese da <i>Histórica</i>	10
1.2 – <i>Histórica (Historik)</i> : de gênero literário à categoria hermenêutica.....	17
1.3 – Histórico das compilações.....	20
1.4 - A estruturação da <i>Histórica</i> e de suas diferente versões.....	23
1.5 - A terminologia da <i>Histórica</i>	28
1.5.1 - A “empíria” como predicado da cientificidade da História.....	30
1.5.2 - Os múltiplos sentidos do termo “história”.....	33
1.5.3 - Os “Poderes Éticos”.....	37
CAPÍTULO 2 - A hermenêutica ao centro da teoria da História de Droysen.....	40
2.1 - O que a História não pode ser.....	41
2.2 - O conceito de Compreensão no interior da <i>Histórica</i>	47
2.2.1 - As notas preliminares à <i>Histórica</i>	49
2.2.2 - Âmbito, método e tarefa da História na <i>Histórica</i>	52
2.3 – A fundamentação do método histórico mediante o entrelaçamento de filosofia transcendental e ontologia da história.....	56
2.4 – A busca da cientificidade.....	65
CAPÍTULO 3 – A Compreensão Investigativa como método da História.....	70
3.1 – A <i>Metódica</i> : descrição da lógica da compreensão e de suas normas.....	71

3.1.1 – A <i>Heurística</i>	77
3.1.2 – A <i>Crítica</i>	78
3.1.3 – A <i>Interpretação</i>	80
3.2 – A <i>Sistemática</i> : a aplicabilidade da Compreensão Investigativa.....	82
3.2.1 – Poderes Éticos e Comunidades Éticas.....	85
3.3 – Implicações resultantes do conceito de Compreensão Investigativa.....	88
CONCLUSÃO.....	94
BIBLIOGRAFIA.....	98

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

O CONCEITO DE COMPREENSÃO NA ‘HISTÓRICA’ DE JOHANN GUSTAV DROYSEN

AUTOR: ANDRÉ ROBERTO CREMONEZI
ORIENTADOR: PROF. DR. RÓBSON RAMOS DOS REIS
Local e data da defesa: Santa Maria, 05 de agosto de 2005.

Esta dissertação tem por objetivo analisar e reconstruir o conceito de Compreensão Investigativa – *forschendes Verstehen* – no interior da obra ‘Histórica’, de Johann Gustav Droysen. Através dos elementos teóricos oferecidos pelo referido historiador alemão do século XIX, pretende-se examinar os fundamentos apresentados como base da compreensão hermenêutica enquanto centro de um empreendimento que visa conferir autonomia normativa e metodológica à ciência histórica. A referida análise passa por uma breve reconstrução do contexto historicista alemão da segunda metade do século XIX, assim como pela apresentação dos diferentes momentos constituintes do método histórico formulado por Droysen, explicitando as peculiaridades inerentes à compilação da ‘Histórica’. Entre os resultados obtidos está a constatação de um complexo entrelaçamento entre uma filosofia transcendental e uma ontologia da história, que se encontra à base da Compreensão Investigativa, assim como a universalização que a referida noção confere ao problema hermenêutico da compreensão, em precedência ao projeto de uma Crítica da Razão Histórica.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Philosophy Post Graduation Programme
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

**THE CONCEPT OF COMPREHENSION IN THE
'HISTORIK' OF
JOHANN GUSTAV DROYSEN**

AUTHOR: ANDRÉ ROBERTO CREMONEZI
ADVISER: PROF. DR. RÓBSON RAMOS DOS REIS
Santa Maria, August 2005.

This dissertation has the aim to analyse and reconstruct the concept of Investigative Comprehension — *forschendes Verstehen* — inside the Johann Gustav Droysen's 'Historik'. Through the theoretical elements offered by the mentioned German historian of the 19th Century, he tries to examine the grounds presented as basis for the hermeneutic comprehension, as the centre of an undertaking that aspires to grant normative and methodological autonomy to the historical science. The mentioned analysis is fulfilled by a brief reconstruction of the German historicist context in the second half of the 19th Century, as well as by the presentation of the different constituent moments of the historical method formulated by Droysen, making explicit the inherent peculiarities in the compilation of the 'Historik'. Among the obtained results lies the verification of a complex interlacement between a transcendental philosophy and an ontology of the history just in the basis of the Investigative Comprehension, as well as the universalisation that the above-mentioned notion attributes to the hermeneutic problem of the comprehension, prior to the project of a Critique of the Historical Reason.

INTRODUÇÃO

Na *Histórica: Lições sobre a Enciclopédia e Metodologia da História* de Johann Gustav Droysen (1808 – 1884), encontra-se registrado o empenho teórico de um historiador da segunda metade do século XIX em refletir sobre os procedimentos da escola à qual integrava, assim como sobre os fundamentos de seu próprio trabalho, manifesto na preocupação pela ausência de respostas aos questionamentos e ataques efetuados pelo meio científico da época quanto aos conceitos de História, de historiografia e quanto à própria relevância e cientificidade do estudo da história.

Este aspecto converge com a constatação de que a História apenas havia se libertado dos grilhões da filosofia da história hegeliana e já se via sob uma nova ameaça de subordinação, agora às ciências naturais e à pretensão positivista de constituir modelo paradigmático de cientificidade. A refutação do Idealismo Absoluto de Hegel, sobretudo no que concerne à logicização sistemática da história efetuada pelo mesmo, constituía o objetivo principal da Escola Histórica Alemã na primeira metade do século XIX. Semelhante preocupação confluiu com o interesse dos historiadores do período em legitimar a História como sendo uma atividade autônoma em relação à Filosofia. Trata-se do historicismo alemão, cujas palavras de ordem, conforme Herbert Schnädelbach em *Filosofia na Alemanha, 1831 – 1933*, eram ‘ciência em lugar de sistema’ e ‘ciência histórica em lugar de filosofia da história’.

A ênfase à observação e à compreensão do individual histórico em sua particularidade, como substituto da especulação filosófica e rechaço da teleologia hegeliana, passam a ser os critérios almejados pelos historiadores enquanto diretrizes da pesquisa historiográfica. Nesta matéria encontra-se, na primeira metade do século XIX, produções críticas permeadas de ataques formulados à filosofia da história de Hegel. Jacob Burckhardt em *Reflexões sobre a História*, por exemplo, acusa a doutrina da história de Hegel de *apriorismo*, uma vez que, segundo o mesmo, esta subordinava os fatos históricos e sua compreensão a uma concepção de história universal prévia. Do mesmo modo, afirmava que a expressão ‘filosofia da história’ constituía uma *contradictio in adjecto*, uma vez que a filosofia seria sinônima de subordinação, ao passo que a História deveria ser sinônima de coordenação dos fatos, mediante a observação. Leopold von Ranke, por sua vez, afirmava que na História não deveria haver espaço para o ‘progresso’, para a providência e para o teleologismo - conforme indicações presentes em *Linhas de uma história do historicismo de Humboldt a Dilthey* de Fulvio Tessitore. Em suma, tal como encontra-se registrado por Herbert Schnädelbach, no segundo capítulo de *Filosofia na Alemanha, 1831 – 1933*, e mesmo por Carlos Alberto Ribeiro de Moura, no primeiro ensaio de *Racionalidade e Crise*, o que os assim chamados historicistas da primeira fase propunham era o rechaço do absolutismo hegeliano. Disto resultara a regra historicista, segundo a qual a observação e a descrição deveriam ocupar o posto da valoração, regra esta justificada pela tese de que toda tentativa de conhecimento absoluto, quer no plano teórico,

prático ou estético, deveria ser rechaçada, uma vez convictos da historicidade do saber.

Johann Gustav Droysen alterou significativamente a perspectiva sob a qual encontravam-se formuladas as tentativas de distanciamento da filosofia da história de Hegel e, neste sentido, sua obra representa um marco divisor para com a primeira geração de historicistas. Tendo sido aluno de Hegel, assim como de Boeckh - autor de *Enciclopédia e Metodologia das Ciências Filológicas*, obra preocupada com a elaboração dos princípios gerais e orientativos da Filologia à exemplo do que Schleiermacher já havia efetuado no campo da hermenêutica -, Droysen representa o único integrante da Escola Histórica Alemã que não assumiu uma atitude radicalmente polêmica para com Hegel. Os ensaios e lições metodológicas droysenianas constituíram, outrossim, a primeira tentativa de refletir criticamente tanto sobre o procedimento de seus predecessores, quanto sobre o procedimento da Escola Histórica como um todo. Droysen, por exemplo, teceu sérias objeções à Escola Crítica de Ranke, no que concerne à pretensão da mesma em alcançar a objetividade dos fatos passados tendo por base tão somente um rígido procedimento de análise crítica das fontes. No mesmo sentido, reprovou o demasiado empenho dos historicistas da primeira metade do século XIX em afirmarem-se tão somente mediante avaliações negativas da filosofia especulativa da história, sem a preocupação em fundamentar um procedimento metodológico justificado, correspondente e coerente com os seus intentos e pretensões. O Princípio de Historicidade, antítese adotada contra o Absolutismo do Sistema hegeliano e que firmava a historicidade do

saber – historicização da Razão –, resultara em uma consistente aporia, que passou a constituir a matriz de uma série de acusações aos historiadores de perspectivismo e relativismo, assim como questionamentos quanto ao status científico da História.

Semelhantes acusações e questionamentos careciam urgentemente de uma resposta, tarefa da qual se ocuparam tanto Droysen, em sua teoria da História, quanto Dilthey, em sua tentativa filosófica de fundamentar as Ciências do Espírito¹.

No que concerne particularmente a Droysen, pode-se afirmar de antemão que este admite as críticas e exigências externas de cientificidade impostas à História. Não obstante, para o mesmo, estabelecer a História como ciência implicaria tanto na recusa da dedução do conhecimento dos fatos passados, especulativamente, segundo o modelo da filosofia da história de Hegel, quanto o rechaço da explicação dos mesmos através de uma cadeia de causas e efeitos, segundo o modelo das ciências naturais. Droysen adverte, nos primeiros parágrafos do *Compêndio* de suas lições sobre teoria da História – *Grundriss der Historik* - que não seria adequado à História, se acaso esta tem a pretensão de ser ciência, tomar seu método emprestado de outra área de conhecimento, pois deste modo não conquistaria qualquer autonomia frente às mesmas, mas constituiria somente mais um exemplo de ciência natural ou de exemplificação de um Sistema Filosófico. Logo, se a História aspira autonomia e cientificidade, esta deveria empenhar-se na busca e elaboração de um

¹ Fato este registrado nas indicações oferecidas por Hans-Georg Gadamer, na segunda parte da conhecida obra *Verdade e Método I*. (Cf.: GADAMER, 1997, pp. 273 - 368)

método próprio, coerente com as pretensões e peculiaridades da mesma.

A solução apontada por Droysen, sintetizável na noção metodológica de Compreensão Investigativa (*forschendes Verstehen*), visa estabelecer a História como uma ciência metodologicamente autônoma. O conferimento de um método específico para o âmbito da História constitui, neste sentido, o prelúdio do dualismo Explicação x Compreensão, característica latente no surgimento das assim chamadas ciências humanas no interior do século XIX.

A presente dissertação tem por objetivo analisar reconstrutivamente o conceito metodológico de Compreensão Investigativa no interior da obra *Histórica*. Semelhante análise tem a pretensão de identificar em que medida a compreensão hermenêutica, enquanto adotada como método específico da História por Droysen, constitui uma noção passível de ser caracterizada tão somente epistemologicamente. Neste sentido, procurar-se-á identificar não apenas o significado e relevância do referido conceito, mas perguntar pelos seus fundamentos e pressupostos, tanto implícitos quanto explícitos e, sobretudo, reconstruir sua articulação e exposição no interior da referida obra.

Para tal, empregar-se-á basicamente a versão espanhola da *Histórica* (1983), correspondente à compilação das lições droysenianas efetuada por Hübner em 1937; a versão italiana (1994), correspondente ao primeiro manuscrito da *Histórica* datado de 1857; bem como o *Compêndio da Histórica - Grundriss der Historik* – 1857/1858 - disponível em língua italiana (1989). A priorização dos

textos especificamente droysenianos justifica-se pela pretensão de abordar a noção de Compreensão Investigativa enquanto conceito resultante do interior da *Histórica*, apresentando a estrutura argumentativa, buscando a relevância filosófica e reconstruindo a exposição do conceito metodológico droyseniano.

Nesse sentido, optou-se por dividir o trabalho em três capítulos que, subseqüentemente, visam contemplar quatro momentos específicos, a saber: um primeiro momento descritivo-informativo sobre a obra *Histórica*; um segundo momento, no qual se pretende analisar reconstrutivamente a noção de Compreensão Investigativa; um terceiro momento, onde procurar-se-á apresentar de modo sucinto as diferentes etapas constituintes do método formulado por Droysen, assim como o ponto de vista de sua aplicabilidade; e por último, elencar as implicações resultantes da referida noção de compreensão.

Sendo assim, no primeiro capítulo, pretende-se oferecer uma caracterização geral da *Histórica*, perpassando a gênese primária das lições droysenianas sobre teoria da História até as compilações póstumas às mesmas. Procurar-se-á apresentar um histórico da constituição da referida obra; a estruturação da mesma, enquanto um todo; as diferenças estruturais, oriundas tanto das alterações efetuadas por Droysen entre os períodos de 1857 a 1882, quanto das alterações resultantes das diferentes compilações; e, finalmente, uma elucidação geral dos conceitos centrais adotados por Droysen, muitos inaugurados pelo mesmo e outros advindos da tradição filosófica.

No segundo capítulo, em um primeiro momento, remonta-se para o interior da *Histórica*, assinalando a discordância metodológica

de Droysen para com o historiador inglês Buckle, sinônima de uma avaliação crítica da Escola Histórica que conduz à formulação da noção de Compreensão Investigativa. Ademais, quanto ao que concerne à fundamentação da referida noção metodológica, o presente capítulo pretende expor a teoria material prévia da história – que precede o estabelecimento do método –, determinante não apenas para a normatização e pretendida autonomização científica da História, mas também reveladora de uma ontologia da história. Isto permitirá explicitar um vínculo intrínseco e recíproco existente entre a compreensão histórica e a autocompreensão. Este último fato pretende ser suficientemente capaz de conferir sustentação à afirmação de que já em Droysen - salvo a qualificação da hermenêutica droyseniana como metodológica - o conceito de compreensão constitui, muito além de um método, um conceito ontológico.

No terceiro capítulo, por sua vez, adotar-se-á como pano de fundo a universalização do problema hermenêutico da compreensão, efetuada por Droysen. Neste sentido, o capítulo tem a pretensão de expor a apresentação da aplicabilidade do método, conforme descrito por Droysen nos capítulos *Metódica* e *Sistemática da Histórica*. Como temáticas centrais das seções constituintes do referido capítulo, procurar-se-á abordar: a preocupação de Droysen para com o problema da perda da unidade da história, após Hegel - fato este que determina uma total reformulação de seu plano inicial da *Sistemática* de 1857 para estruturação de 1882; como também, em um último momento, apresentar as implicações resultantes da noção de Compreensão Investigativa, avaliando em que medida a mesma

satisfaz as exigências decorrentes da pretensão de constituir um método científico, assim como em que medida a referida noção pode ser interpretada somente epistemologicamente.

Por fim, e de modo conclusivo, objetiva-se reconstruir os resultados principais deriváveis da análise-investigativa procedida, ressaltando primeiramente a relevância de um estudo filosófico da obra metodológica de Droysen, seguido de apontes às conquistas e aos problemas resultantes do trabalho metodológico droyseniano. Este último tópico pretende servir de embasamento para o destaque das possíveis perspectivas a partir das quais a questão apresentada na presente dissertação possa vir a ser aprofundada futuramente.

Resta ainda ressaltar, em justificção, que muitos títulos que se encontram elencados na Bibliografia não foram mencionados no corpo do texto da dissertação. Não obstante, os mesmos foram relevantes para elaboração do presente trabalho, na medida em que ofereceram fios condutores para leitura investigativa da *Histórica*.

CAPÍTULO 1

Gênese, composição e estruturação da *Histórica*

O propósito desta exposição consiste em oferecer, em linhas gerais, uma apresentação da obra *Histórica* de Johann Gustav Droysen. Particularmente, voltar-se-á a atenção para as lições ministradas por Droysen na Universidade de Iena, assim como para o histórico das compilações póstumas das mesmas que, segundo diferentes estruturações, darão origem à obra intitulada *Histórica*. Tendo em vista semelhante pretensão, optou-se pela subdivisão do capítulo em cinco seções. Na primeira seção, tem-se por objetivo apresentar a origem e composição do projeto da *Histórica*. Assim, em um primeiro momento, pretende-se assinalar a gênese da *Histórica*, tomando-se por ponto de partida uma caracterização geral da obra. Posteriormente, elucida-se o caráter inovador que as referidas lições droysenianas sobrepõem à tradição do gênero de estudos historiográficos propedêuticos denominado *Historik*. Em um terceiro momento, expõe-se um breve histórico dos trabalhos compilativos, a partir dos quais resultam diferentes versões da *Histórica*, seguida por uma exposição das diferenças estruturais das compilações adotadas na elaboração da presente dissertação. Na última seção, assume-se como tarefa a exposição elucidativa dos conceitos-chaves adotados por Droysen em sua teoria da História.

As considerações presentes neste capítulo servirão de pressupostos elucidativos, notas propedêuticas, para a análise do conceito de Compreensão Investigativa no interior da *Histórica*.

Assim sendo, justifica-se a necessidade do presente capítulo, cuja característica predominante é a estruturação descritivo-informativa, em face de duas razões principais: primeiro, o parcial anonimato, sobretudo no âmbito da investigação filosófica, de autor e obra aqui enfocados; segundo, oferecer subsídios que permitam a contextualização e visão estrutural da *Histórica* como um todo, de modo a superar o caráter fragmentário tanto de suas diferentes compilações quanto de seu *Compêndio*.

1.1– Gênese da *Histórica*

No semestre de verão do ano letivo de 1857, Droysen inicia na Universidade de Iena uma série de preleções, que repetiria e reformularia ao longo dos vinte e cinco anos subseqüentes, em dezoito ocasiões, intituladas *Lições sobre Enciclopédia e Metodologia da História*.

A genealogia das referidas lições remete-se aos trabalhos de juventude de Droysen, sobretudo à composição de *História do Helenismo*, cujo primeiro dos três volumes Droysen publicaria ainda em 1933, quando acabara de completar vinte e cinco anos, sob o título de *Alexandre Magno*.

No trabalho de reunião e interpretação das fontes para elaboração de *Alexandre Magno*, Droysen depara-se com questionamentos de ordem metodológica, reflexões paralelas que futuramente determinaram as diretrizes de seu posicionamento metodológico. Semelhante reflexão caracterizava-se por um peculiar

interesse em descobrir o estatuto científico que conferia sustentação ao discurso histórico². Será propriamente este trabalho marginal à composição de *Alexandre Magno* a gênese da *Histórica*, uma vez que resulta nos cursos sobre teoria da História, assim como na redação e edição, para uso exclusivo dos acadêmicos, de um pequeno *Compêndio* sobre metodologia, ao qual acompanhariam uma série de cadernos e notas que permaneceriam inéditos até a morte de Droysen. Tal é o fato que, no prefácio à primeira edição de *História do Helenismo II*, em 1843, Droysen assinalaria problemas teóricos resultantes da composição da referida obra, no assim denominado *Prefácio Privado*³. Este, por sua vez, é composto pelo registro de questionamentos metodológicos que perturbavam o autor em seu ofício e que, por sua vez, marcam a passagem dos estudos droysenianos sobre o *Helenismo* para a teoria da ciência histórica, do qual resulta a designação do mesmo como esboço primitivo da *Histórica*⁴.

No *Prefácio Privado*, quatorze anos antes do início das preleções sobre teoria da história, Droysen expõe as preocupações metodológicas que já o atormentavam, questionando se acaso a filosofia da história hegeliana deveria permanecer como modelo metodológico a ser adotado pelos historiadores, assim como apresenta indícios passíveis de serem interpretados como a exigência de uma *Crítica da Razão Histórica*, projeto que seria assumido por Dilthey

² Cf.: LLEDÓ, 1995, p.416.

³ Também denominada *Prefazione Privata*, publicada sob o título de *Teologia della Storia* na tradução para o italiano da *Histórica*, efetuada por L. Emery no ano de 1966, pp. 378 – 394.

⁴ Cf.: MUHLACK, 1990, p.371.

somente em fins do século XIX.⁵ De acordo com Droysen, no referido prefácio,

nós temos a necessidade de um Kant, que examinasse criticamente não a matéria histórica, mas o movimento teórico e prático diante e no interior da história, e que demonstrasse, a exemplo de qualquer coisa análoga à lei moral, em um imperativo categórico da história, a fonte viva da qual jorra a vida histórica da humanidade. Por acaso a ‘filosofia da história’ já não o teria fornecido? Eu creio que não, uma vez que essa, pelo contrário, toma aquilo que foi e é apenas como uma exemplificação da lógica, considerando a história apenas para a autonomia de um Sistema grandioso, a saber, do movimento dialético. (DROYSEN, 1966, p. 386.)

Nesta passagem é possível constatar que Droysen, nos primórdios de sua teoria da História, compartilha da tese dos historicistas alemães da primeira metade do século XIX, cuja preocupação elementar constituía o afastamento da filosofia da história de caráter especulativo, em prol da autonomização da História⁶ frente à filosofia.

Não obstante, como teria Droysen chegado a semelhantes questionamentos? Quais dificuldades, deriváveis de seu trabalho com as fontes de *Alexandre Magno*, conduziram-no a refletir acerca de uma metodologia para a História?

⁵ Na presente dissertação, não procurar-se-á desenvolver a temática da Crítica da Razão Histórica, nem mesmo a relação Droysen – Dilthey, de modo que, a passagem acima apresentada deve ser considerada apenas como indicação elucidativa.

⁶ No corpo do texto da presente dissertação, dado o fato de não existir em língua portuguesa duas palavras designativas para as duas significações do termo ‘história’ – como ocorre no alemão com *Geschichte* e *Historie* –, adotar-se-á “História” quando houver referência à ciência histórica, ao

Em certa medida, as respostas para estas questões são encontradas na própria *Histórica*, onde Droysen procura assinalar aquilo que considera a tarefa de todo e qualquer historiador comprometido para com o seu ofício. Embora o modo como redija esta exigência seja um tanto quanto eufêmico, Droysen estende a ‘todos’ os historiadores a necessidade de efetuar os questionamentos que procura esboçar em suas preleções, afirmando:

Parece-me ser do interesse de todos aqueles que se dedicam a estes estudos, esclarecer e perguntar-se pela justificação dos mesmos, pelas suas relações para com as outras formas de conhecimento humano, pela peculiaridade de sua tarefa, pela fundamentação de seu procedimento. (DROYSEN, 1983, p. 6.).

Droysen reivindica, sobretudo, uma teoria da História em face da ausência de uma delimitação do âmbito específico da História, de procedimentos que orientassem o historiador em seu ofício, deste o trabalho de busca de fontes até a crítica e interpretação das mesmas.

Em suma, exigia um método único e específico para a História⁷. Não obstante, o mais significativo na presente passagem acima transcrita da *Histórica*, constitui o registro de que a identificação de semelhante carência é, antes de tudo, uma preocupação oriunda das próprias dificuldades enfrentadas por Droysen no exercício concreto de sua atividade.

passo que empregar-se-á “história” como sinônimo do conjunto de fatos passados, objeto de investigação da “História”.

⁷ Cf.: DROYSEN, 1983, p. 6: A pergunta por um procedimento único e específico para a História constituía uma preocupação esboçada muito mais sob a forma de exigência, advinda dos demais âmbitos de conhecimento, que uma “preocupação presente nos círculos de historiadores”.

Diante disto, uma pergunta se faz presente no itinerário deste trabalho de análise da teoria da História droyseniana, a saber: enfim, o que de fato é a *Histórica*?

Em palavras de Droysen, “A *Histórica* não é uma enciclopédia das ciências históricas, não é uma filosofia (ou teologia) da história, nem mesmo uma Poética para a historiografia. Esta deve ser o *Organon* da História.” (DROYSEN, 1989, p.327.). A *Histórica* não pretende ser, mesmo enquanto preleções, uma propedêutica para futuros historiadores, muito menos uma ‘poética’, dado que a História não constitui para Droysen meramente um gênero literário, mas almeja ser um *Organon*. Em outros termos, Droysen está preocupado em refletir sobre a possibilidade de autonomia científica da História, tanto em relação à filosofia, quanto em relação às ciências naturais. Esta pretensão de autonomia metodológica é expressa radicalmente no décimo segundo parágrafo do *Compêndio*, quando Droysen identifica a *Histórica* como sendo o *cânon* que deve conter as regras metodológicas segundo as quais o ofício do historiador deve orientar-se⁸.

Isto denota uma preocupação para com a pretensão positivista em constituir modelo paradigmático de cientificidade, assim como com as tentativas de elevar a História ao patamar de ciência mediante a adoção do método das ciências naturais. Droysen discorda inteiramente desta alternativa, entendendo-a como um retrocesso, uma re-subordinação da História, não mais à filosofia, mas agora às ciências naturais⁹.

⁸ Cf.: DROYSEN, 1989, p. 327.

⁹ Cf.: DROYSEN, 1983, p. 7.

Droysen identifica a subordinação da História a outras áreas do conhecimento como um fato presente ‘em todos os tempos’, no que poder-se-ia chamar de uma História da historiografia. Segundo o mesmo:

em todos os tempos, a especulação tanto teológica quanto filosófica tentou elevar a voz cantante nos campos que pertencem à História e não menos ao da natureza, até que o retorno dos estudos clássicos no século XV e o espírito mais livre da Reforma abriram outros caminhos. Mas a nossa ciência apenas havia libertado-se do domínio filosófico e teológico – o grande mérito do século XVIII – quando apareceram as ciências naturais pretendendo apropriarem-se desta e dirigir-la. Como há cinquenta anos a filosofia afirmava que somente ela era científica e que a História só o era na medida em que era filosófica, assim também, agora, surgem as ciências naturais, sustentando que somente é científico aquilo que se move segundo o método das ciências naturais, sendo que a filosofia de Comte e de Littrè aderem a elas e Thomas Buckle escreve três tomos para elevar por este caminho a História, como ele o diz, ao posto de ciência. (DROYSEN, 1983, p. 24.).

Droysen procura descrever, nesta passagem, a condição em que a História encontrava-se até o século XIX. A interpretação dos fatos históricos sempre estiveram, segundo o mesmo, subordinados ou a concepções teológicas de história, ou a sistemas filosóficos, onde os referidos fatos constituíam tão somente exemplificações de leis. Droysen acusa a filosofia de invadir o que denomina ‘campos pertencentes à História’, embora no contexto inicial da *Histórica* ainda não assinale qual seria o âmbito pertencente à pretendida ciência

histórica. A referência indireta a Hegel – quando afirma que ‘há cinquenta anos’ – soma-se à menção da tentativa de Buckle de empregar o método positivista na História e ambas iniciativas são rechaçadas por Droysen. Deste modo, o autor procura definir não apenas suas pretensões, mas, sobretudo, assinalar os interlocutores com quem está debatendo, a saber: Hegel, Comte e, sobretudo, Buckle.

Em uma afirmação extraída do *Prefácio Privado* é possível identificar que as reivindicações de Droysen, implicitamente expressas na passagem anteriormente transcrita, o preocupam no sentido de obter respostas satisfatórias e, não obstante, até então inexistentes, para os questionamentos metodológicos que o perturbam. Segundo Droysen:

encontro-me no embaraço de adentrar-me em considerações que poderiam conduzir a um resultado satisfatório e adquirir plena força comprobatória, tão somente se pudesse conferir ao reivindicado um posto em uma História, isto é, uma doutrina da ciência História. (DROYSEN, 1966, p. 385 – 386).

O ‘reivindicado’ constitui a pretensão de autonomia normativa e metodológica da História, o que desperta no referido historiador a perspectiva de formular uma teoria da História na esperança de obter resultados satisfatórios para seus questionamentos. Este empreendimento somente seria possível se acaso assumisse o posto de

uma ‘Histórica’¹⁰ – *Historik* – que, em um primeiro momento, Droysen identifica como sendo uma doutrina da História, diferentemente da conotação em que o referido termo era empregado até então.

1.2 – Histórica (*Historik*): de gênero literário à categoria hermenêutica

Em termos gerais, a palavra ‘Histórica’ designava as lições propedêuticas ao estudo da historiografia na formação de historiadores em nível acadêmico. Desde os humanistas do século XVIII produziu-se, para o ensino universitário, tratados de teoria da História intimamente ligados à concepção de História como arte – gênero literário – e/ou disciplina auxiliar¹¹. Neste sentido, uma ‘Histórica’ continha as regras para redigir obras historiográficas, como também orientações quanto ao gênero de redação a ser adotado, regras para leitura de obras e/ou exposições de investigações historiográficas. Enfim, um catálogo organizado por mestres, cujos objetivos principais eram: oferecer um plano de leitura das mais importantes obras historiográficas, desde a Antiguidade; reunir instruções acerca da didática a ser empregada no ensino da História; assim como oferecer orientações para leitura e utilização de obras clássicas de historiadores como Heródoto e Tucídides. Semelhantes lições eram freqüentemente

¹⁰ Ao longo da presente dissertação, empregar-se-á ‘Histórica’ como termo designativo da disciplina e preleções tradicionalmente existentes em precedência a Droysen e ‘Histórica’ como designativo da compilação das preleções de ‘Histórica’ ministradas por Droysen.

¹¹ Cf.: MUHLACK, 1990, pp. 366 – 371.

publicadas sob a forma de manuscritos, os quais disponibilizavam aos estudantes, resumos e esquemas das lições proferidas.

Droysen não apenas conhecia toda esta tradição de lições, como também era ciente da publicação de compêndios das mesmas, o que fica explícito quando afirma no *Compêndio* que a sua *Histórica* não pretendia ser uma enciclopédia dos estudos históricos.

Ao oferecer o curso de ‘Histórica’ em 1857, Droysen surpreende aos seus estudantes, sobretudo pelo caráter inovador de sua proposta: suas lições não pretendiam oferecer uma introdução ao estudo da História, mas discutir o estabelecimento da História como ciência autônoma. Semelhante proposta caracterizava-se pelos propósitos de ¹²:

- a- substituir a noção, até então predominante, de saber histórico como o conjunto de conhecimentos fixos e perpetuamente transmissíveis à posteridade, pela idéia de pesquisa histórica, correspondente ao intento de uma produção constante de conhecimentos históricos orientada por práticas totalmente novas;
- b- liberar a História da condição de disciplina auxiliar e metodologicamente dependente, conferindo-lhe o status de ciência independente, metodologicamente autônoma e com finalidades próprias; e
- c- estipular para a História uma pretensão específica, a exemplo das demais ciências do período.

¹² Cf.: MUHLACK, 1990, p.363.

Em uma palavra, Droysen resignifica a disciplina de Histórica, o que em nota preliminar às lições de 1857 Droysen define aos seus alunos como sendo “uma tentativa de falar-vos de uma disciplina que até hoje ainda não existia” (DROYSEN, 1994, p. 80).

Não obstante, se todo o intento inovador constitui, ao mesmo tempo, a finalização de uma tradição pretérita e a inauguração de uma nova tradição, pode-se afirmar, neste sentido, que o caráter inovador da ‘Histórica’ droyseniana, embora a separe das ‘Históricas’ precedentes, encontra-se à mercê de toda sorte de analogias para com àquelas¹³. Isto significa que Droysen também irá publicar compêndios de suas lições, disponibilizando aos estudantes um esboço sistemático, contudo demasiadamente conciso de seus cursos. Ademais, embora reconheça como tarefa primordial de suas lições o estabelecimento do novo fundamento paradigmático da História, a mesma não deixa de ser uma proposta de introdução aos estudos históricos, embora estruturada sob um novo enfoque.

Esta proposta inovadora tornou-se acessível àqueles que não assistiram às preleções droysenianas somente a partir das compilações efetuadas destas últimas, que resultaram na obra intitulada *Histórica: lições sobre Enciclopédia e Metodologia da História*.

¹³ Cf.: MUHLACK, 1990, p. 360.

1.3 - Histórico das compilações

Com a ajuda de seus alunos, Droysen ofereceu em 1857/1858 uma síntese de suas lições sob a forma de um *Compêndio* que, em 1868, já merecia as honras de uma verdadeira publicação. O assim designado *Compêndio*, ao longo da vida de Droysen, restringiu-se a duas versões, editadas em 1857/1858 e em 1882. Erich Rothacker tornaria a publicá-los em 1925, afirmando ao prólogo que se tratava da mais valiosa introdução às Ciências do Espírito de que tinha conhecimento¹⁴. Em suma, trata-se de uma sinopse, organizada sobre os títulos de ‘Introdução’, ‘Metódica’, ‘Sistemática’ (1857/1858) e ‘Tópica’ (acrescida em 1882), que sintetiza em dezenas de curtos parágrafos os distintos aspectos de uma possível ciência da história.

Este manual de metodologia, apesar da formulação precisa inerente aos seus parágrafos, era excessivamente conciso, de tal modo que o leitor que desconhecesse as elucidações proferidas nas lições de Droysen não captaria o seu sentido com clareza, sendo praticamente ininteligível sem alguma ajuda interpretativa.¹⁵

Além dos *Compêndios*, Droysen publicou três artigos em torno da mesma temática, cujo objetivo principal era o de esclarecer tópicos obscuros de suas lições¹⁶, a saber:

- a- “A elevação da História ao posto de ciência” – que constitui uma resenha crítica do livro de Thomas Buckle *História da*

¹⁴ As informações empregadas na elaboração da presente seção têm como base as informações contidas na obra de LLEDÓ, 1995, pp. 411 - 421.

¹⁵ Cf.: SCHNÄDELBACH, 1991, p. 69.

¹⁶ Cf.: LLEDÓ, 1995, p. 417.

Civilização Inglesa, na qual Droysen critica a pretensão do historiador inglês de adotar o método das ciências naturais nos estudos históricos;

- b- “Natureza e História” - onde expõe sua concepção material de história, sob a qual funda uma distinção entre a temporalidade inerente à natureza e a temporalidade histórica;
- c- “Arte e Método” - uma reunião de comentários quanto ao entendimento da História, pela tradição que lhe precede, como um gênero literário, assim como sobre a relevância do estabelecimento de regras à exposição dos resultados alcançados pela pesquisa histórica através de uma Tópica.

Estes três artigos foram posteriormente incorporados ao texto da *Histórica*, na compilação efetuado por Hübner em 1937.

A todos aqueles que se dedicaram à compilação das lições de Droysen, restava apenas a esperança de, uma vez que o mesmo havia desenvolvido suas lições de metodologia ao longo de mais de duas décadas, houvessem dentre seus arquivos e notas pessoais, manuscritos referentes a tais cursos. O primeiro a analisar este material foi Christian Pflaum, em 1907, que inclui em seus resultados uma série de materiais inéditos. Não obstante, mesmo este material mostrar-se-ia insuficiente para uma completa compreensão do pensamento de Droysen, até o aparecimento da compilação de Hübner

em 1937¹⁷. Ao prólogo desta primeira edição, encontram-se registradas a busca de materiais inéditos efetuada por outros investigadores, como é o caso de Joachim Wach em *Das Verstehen. Grundzüge einer Geschichte der hermeneutischen Theorie im 19. Jahrhundert* (1933). Conforme assinala Lledó, nesta ‘monografia erudita’, Wach procura apresentar a história das teorias hermenêuticas, desde os escritos precursores de Schleiermacher, Friedrich Ast e Friedrich Wolf, passando por Böckh, Droysen até Ludwig Preller¹⁸. No terceiro volume da referida obra, Wach dedica a Droysen um longo e complexo capítulo, considerado uma das exposições mais documentadas da hermenêutica droyseniana, o que pôde ser constatado com a leitura do mesmo efetuada no processo de pesquisa e composição desta dissertação.

Retornando a Hübner, faz-se necessário informar que, de todo material que dispunha, o mesmo utilizará principalmente a cópia manuscrita que o próprio Droysen havia feito para o curso correspondente ao semestre de verão de 1882. Esta versão matriz será a primeira utilizada na propagação do projeto metodológico de Droysen sob a forma de um livro. Não obstante, o fato da publicação de Hübner ocorrer somente mais de meio século após a morte de Droysen pode ser interpretado como uma das razões pela qual o projeto do referido historiador mostra-se tão desconhecido, uma vez que a problemática de fundamentação das ciências históricas já havia

¹⁷ Cf. LLEDÓ, 1995. p. 417.

¹⁸ Idem, p. 418.

vido incorporada, no início do século XX, com as publicações de Dilthey, em seu projeto de uma Crítica da Razão Histórica¹⁹.

1.4- A estruturação da *Histórica* e de suas diferente versões

Por tratar-se de uma compilação póstuma, a *Histórica* possui pelo menos duas versões distintas. A primeira corresponde à edição publicada por Hübner em 1937. Posteriormente houve a preocupação, sobretudo por parte dos estudiosos e comentadores italianos de Droysen²⁰, em compilar, a partir dos cadernos de Droysen, uma versão da referida obra correspondente aos planos de aula do ano de 1857.

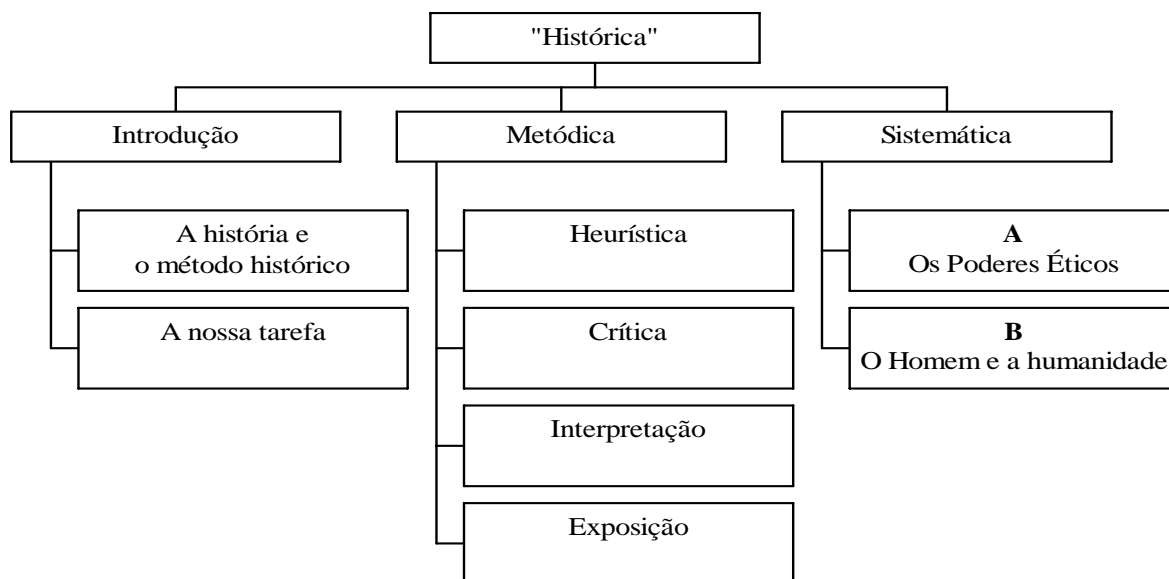
Ao efetuar-se a leitura de ambas as versões, fica saliente a alteração estrutural conferida por Droysen ao seu projeto inicial, como pode ser conferido nos organogramas correspondente à Figura 1, onde encontra-se retratada a organização da *Histórica* correspondente a 1857, e à Figura 2, que retrata a estruturação da versão compilada por Hübner em 1937.

A incorporação das mesmas no corpo de texto da presente dissertação, sucedidas de devidos esclarecimentos, faz-se no intuito de explicitar, em termos estruturais, as diferenças inerentes a cada compilação respectiva, fato este não trivial, uma vez que do mesmo decorrem dificuldades para o entendimento da proposta do referido historiador como um ‘todo’ organizado.

¹⁹ Esta afirmação constitui meramente uma hipótese, advinda da pesquisa, leitura e interpretação, que permearam a elaboração da presente dissertação.

²⁰ Emery; Fulvio Tessitore; Giuseppe Cacciatore; Giuseppe Cantillo; Silvia Caianiello.

Estrutura da *Histórica* - 1857



(Figura 1)

Na Figura 1, correspondente à *Histórica* – 1857, é possível identificar três divisões específicas, a saber: a Introdução, correspondente às considerações preliminares quanto à História, onde Droysen procura expor a tarefa cabível a todo historiador - propriamente, a de superar as tentativas precedentes e contemporâneas ao referido autor de elevar a História ao patamar de ciência²¹ - e a fundamentação e formulação do método histórico. Uma vez formulado, na noção de Compreensão Investigativa, Droysen procura apresentar os diferentes momentos constituintes do mesmo, no primeiro capítulo, denominado *Metódica*. Este é constituído por quatro seções, a saber, a *Heurística*, que trata dos critérios que devem orientar a busca e identificação do material que irá constituir fontes

²¹ Cf.: DROYSEN, 1994, p. 129 - 140.

para o trabalho investigativo, a *Crítica*, que submeterá o material ao exame de sua exatidão e autenticidade, enquanto fonte, a *Interpretação*, que contém as quatro possíveis interpretações às quais o material deve ser subseqüentemente submetido e a *Exposição*, que contém as normas e possibilidades de apresentação textual dos resultados obtidos. No segundo capítulo, denominado *Sistemática*, identifica-se duas divisões, **A** e **B**: uma primeira, cuja temática são os *Poderes Éticos* e uma segunda seção, intitulada *O Homem e a humanidade*. Dito de modo sucinto, em **A** Droysen procura elencar as hipóteses de trabalho passíveis de admissão na interpretação dos fatos históricos, em face da não admissão da Unidade histórica, anteriormente conferida à história pelo Sistema hegeliano; estes são para Droysen os *Poderes Éticos*, ideais que movem os indivíduos ao longo do tempo e que se encontram expressos nas Instituições²². Em **B**, Droysen procura apresentar a finitude do indivíduo histórico, ao mesmo tempo relacionando-a com a sua contribuição para com a humanidade como um todo, ao longo do tempo.

Droysen define, na versão de 1857, *Metódica* e *Sistemática*, respectivamente, nos seguintes termos:

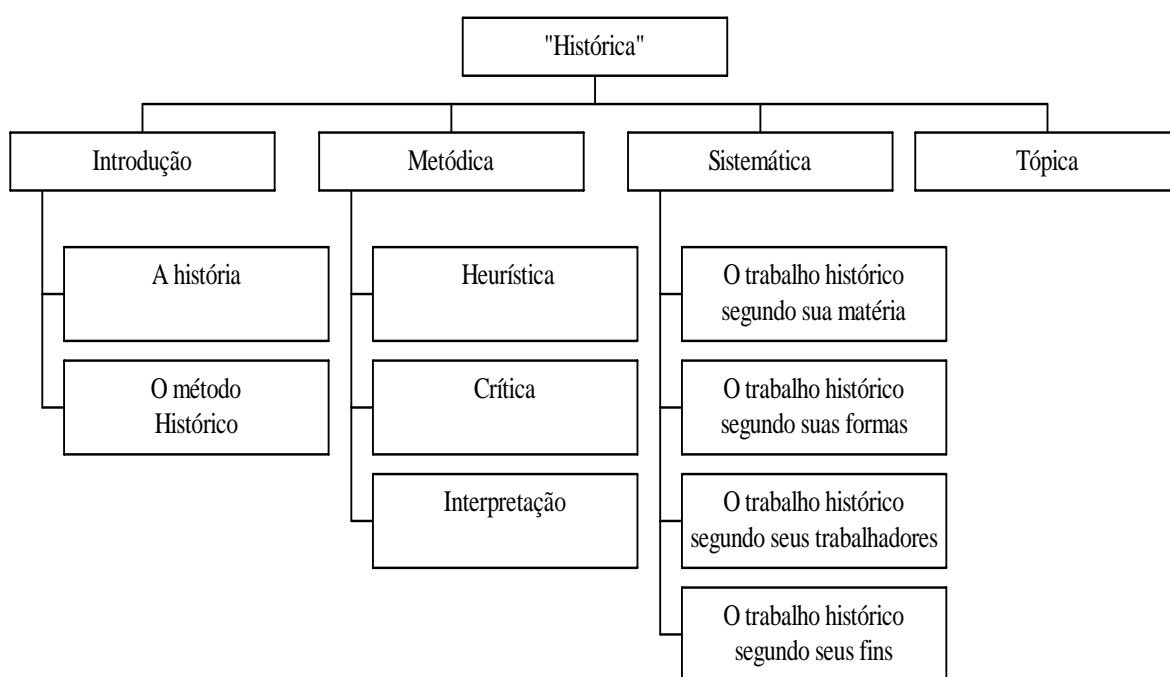
A nossa histórica deverá, portanto, dividir-se nestas duas partes: uma parte formal, na qual se trata da metódica ou técnica da nossa ciência, sucedida de uma parte material, na qual vem exposto o resultado da nossa ciência, a visão ordenada de si e de seu âmbito. (DROYSEN, 1994, p. 144).

²² Cf.: BURGER, 1977, pp. 168 – 173.

No prefácio da mesma versão, encontra-se uma elucidação da *Histórica*, enquanto constituída de *Metódica* e *Sistemática*, como sendo uma obra que traduz uma tradição classificatória em uma exigência de sistema, aparentemente articulada no *organon* da *Metódica* constituinte da primeira parte e em uma ontologia, inerente à *Sistemática*, segunda parte²³.

Na Figura 2, por sua vez, correspondente à *Histórica* – 1937, é possível identificar quatro capítulos principais, a saber: a Introdução, *Metódica*, *Sistemática* e *Tópica*.

Estruturada *Histórica* - 1937



(Figura 2)

²³ Cf.: notas do prefácio escrito pela tradutora Silvia Caianiello, em DROYSEN, 1994, p.17.

A Introdução é composta por duas seções, *A História e O Método Histórico*, nas quais Hübner mescla os artigos que Droysen publicou com intuito elucidativo, ao longo dos anos em que ministrou suas preleções. Posteriormente, a *Metódica*, agora composta por três partes, a saber: *Heurística, Crítica e Interpretação*. Como segundo capítulo, tem-se a *Sistemática*, onde é possível observar a maior mudança estrutural em relação à 1857. Esta passa a ser constituída por quatro seções principais, correspondentes às ‘Idéias’ segundo as quais os fatos históricos devem ser interpretados subseqüentemente: ‘O trabalho histórico segundo seus materiais’, ‘O trabalho histórico segundo suas formas’, ‘O trabalho histórico segundo seus trabalhadores’ e ‘O trabalho histórico segundo seus fins’. Por último, tem-se a *Tópica*, que constituía a quarta seção da *Histórica – 1857, Exposição*, e que ganha nesta última compilação o status de capítulo.

Nesta respectiva versão, encontra-se uma elucidativa definição, em termos de Droysen, acerca do que é, respectivamente, *Metódica* e *Sistemática*:

O que tratamos em nossa primeira parte, o método de investigação histórica, se movia totalmente nas atividades formais de nossa ciência. Ali, tratava-se de descrever o método e os métodos dos quais têm que se servir nossa investigação, independentemente das tarefas que a ela se estabeleçam. E se nesta considerávamos diversas coisas materiais, isto somente acontecia para a exemplificação [...], agora uma divisão tal do formal e do material é de fato uma divisão de natureza doutrinária, uma delimitação teórica... (DROYSEN, 1983, pp. 230 - 231).

Isto significa que, enquanto na *Metódica* Droysen está comprometido com a apresentação do mecanismo lógico da compreensão, com os diferentes momentos constituintes do método que formula, na *Sistemática*, por sua vez, Droysen procurará refletir mais profundamente acerca do caráter material daquilo que se encontra sob o pretendido âmbito da História. Por este motivo, à *Sistemática* está associada uma ontologia do histórico e por esta razão, Droysen enfatiza que na *Sistemática* não se procura uma apresentação formal do método, mas sim a obtenção de uma visão panorâmica da ciência histórica²⁴. Trata-se propriamente do estabelecimento dos momentos segundo os quais os fatos históricos devem ser considerados em sua particularidade, contudo, em observância à sua *matéria, forma, trabalhadores e finalidades*.

1.5- A terminologia da *Histórica*

Ao caráter fragmentário da *Histórica*, que se tenta parcialmente superar pela apresentação da gênese e estruturação da referida obra enquanto compilação, soma-se, como dificuldade para compreensão da mesma, a terminologia empregada por Droysen em sua teoria da História.

É importante salientar aqui que não se deve perder de vista o fato de que Droysen não esteve, em momento algum, especificamente,

²⁴ Cf.: DROYSEN, 1983, p. 229.

comprometido com a redação de um livro, mas sim ministrando preleções para um público específico. Salvo a intenção de debater, através de suas lições, com a tradição precedente de teóricos da historiografia e filósofos da história, o referido autor dirige seu discurso para acadêmicos de historiografia. Isto implica no emprego droyseniano de uma série de citações de fatos históricos e situações específicas do ofício historiográfico praticamente incognoscíveis ao público leigo. Outrossim, se o emprego de termos e exemplificações correntes na ciência da época apontam para a confirmação da erudição de Droysen, o mesmo fato comporta a ambigüidade de que Droysen dispensa elucidações de termos e/ou a identificação precisa de fontes, quando apela para citações de trechos ou passagens de clássicos literários, de máximas de historiadores greco-latinos, Ilustrados ou Românticos.

Conforme observa Caianiello²⁵, Droysen emprega em sua teoria da História conceitos Modernos, contudo muitas vezes acrescidos de nova significação e, portanto, necessariamente carentes de especificação.

Além do emprego dos referidos conceitos herdados da modernidade, muitos deles da própria filosofia da história hegeliana, Droysen inaugura algumas categorias centrais para o entendimento de sua proposta, cuja significação é paulatinamente apresentada e acrescida de sentido ao longo do desenvolvimento de suas lições.

O objetivo principal desta quinta e última seção é o de apresentar o significado dos conceitos centrais presentes na *Histórica*,

²⁵ Cf.: no prefácio escrito pela referida tradutora na edição de DROYSEN, 1994, p. 17.

de modo a superar a fragmentariedade que caracteriza as compilações da empresa droyseniana, assim como amenizar a possível incidência de prejuízos à investigação que se pretende proceder da Compreensão Investigativa no interior da *Histórica*.

1.5.1- A “empíria” como predicado da cientificidade da História

Dentre as primeiras frases da *Histórica*, assim como nos primeiros parágrafos do *Compêndio*, encontra-se registrada a preocupação de Droysen de que a História não conquiste apenas o patamar de ciência, mas de que seja uma ‘ciência empírica’. Isto é expresso nos seguintes termos,

A História é o resultado do experimentar e do investigar empíricos. O caráter de cada experiência e de toda investigação empírica é determinado segundo a dadidade à qual está dirigida. E essa pode ser somente dirigida à dadidade que se mostra presente no horizonte sensível da sua percepção. (DROYSEN, 1989, p. 325).

A empíria, enquanto predicada à cientificidade da História, constitui para Droysen uma pretensão, relevante não apenas para a especificação do ponto de partida da investigação à qual o mesmo se propõe realizar, a saber, a busca de um método para a História, mas inclusive determinadora do caráter peculiar da experiência fenomênica humana, a percepção sensível. Fulvio Tessitore acrescenta neste sentido, que o ponto de partida da *Histórica* e do seu *Compêndio* é a

afirmação da História como ciência empírica, e que por esse motivo, a pergunta que se deve colocar, antes de tudo, é o que entendia Droysen por empiria²⁶.

Infelizmente não há na *Histórica* uma definição clara e precisa acerca do que Droysen entendia por empiria. Certamente, uma vez que pretendia afugentar a possibilidade de adoção do método das ciências naturais na História, o mesmo não entendia empiria como sinônimo de empirismo. Uma pista para o entendimento do referido termo pode ser encontrada em Tessitore quando o mesmo elucida que, por empiria histórica, Droysen não pretendia fazer entender a ‘coisalização’ e muito menos a interpretação ‘materialística’ dos fatos históricos. Muito antes, significava a refutação da dedução dos fatos especulativamente, segundo o modelo da filosofia da história hegeliana, assim como a refutação da explicação dos mesmos segundo uma necessidade matemática, em uma cadeia de causas e efeitos²⁷.

Deste modo, pode-se concluir que o que Droysen pretende firmar ao início de suas lições com o termo “empiria”, nada mais é que a pretensão de afastamento da discussão epistemológica da História das vias filosóficas – leia-se, hegelianismo – e do positivismo, enquanto alternativas para a cientificidade da História.

Ao considerar a *Histórica* como um projeto a realizar-se, Droysen fundamenta a possibilidade e pretensão da História em constituir-se ciência empírica com base na seguinte argumentação:

²⁶ Cf.: TESSITORE, 1971, p.329.

²⁷ Idem, p.329

As ciências naturais reconhecem que elas não estão de modo algum em condições de esclarecer, com sua mecânica dos átomos, tudo o que se encontra no âmbito da investigação empírica. Se tal é o caso, então há de se encontrar para este resto, por grande ou pequeno que possa ser, outras formas de conhecimento, formas tais que correspondam à peculiaridade dos fenômenos que caibam nestes, que resultam desta peculiaridade, para as quais têm que ser adequados. Empiricamente, tal como pretende ser nossa ciência, não podemos fazer outra coisa que encontrar e tomar nosso ponto de partida de forma empírica. (DROYSEN, 1983, p. 7).

Nem todo o âmbito empírico é suficientemente explicável pelo método das ciências naturais. Esta é a constatação de Droysen e, com base na mesma, defende que o âmbito pertencente à História não é passível de explicação matemática, pois os fatos históricos não se sucedem segundo uma causalidade. Se assim o fosse, a previsão histórica do futuro seria mais do que possível. Os fatos históricos não são, portanto, suficientemente abarcados e elucidados, caso adote-se o método positivista. Quanto a Comte e a afirmação do mesmo de que a transposição dos fenômenos vitais na classe dos fenômenos físicos constitui uma conquista científica²⁸, Droysen ataca-o sublinhando que “Quem assim fala esquece que em nenhum caso todos os fenômenos empíricos são passíveis de uma única modalidade de consideração...” (DROYSEN, 1994, p. 101). A busca pelo método, adequado à esta ‘peculiaridade histórica’, não terá por base uma definição especulativa de história, mas sim um entrelaçamento entre uma teoria material da

²⁸ Cf.: DROYSEN, 1937, p. 453.

história e uma filosofia transcendental, que procura considerar as peculiaridades do aparato cognoscitivo humano, da percepção sensível, empírica, do sujeito, consideração esta, segundo Droysen, extremamente significativa, uma vez que a História pretende ser empírica.

1.5.2 – Os múltiplos sentidos do termo “história”

Pode-se afirmar que o termo “história” constitui, por si só, um exemplo de palavra que comporta em si uma dupla significação, a saber: a de designadora do conjunto de eventos passados e/ou da realidade, colocada sob a perspectiva de passado-presente-futuro, assim como a forma de conhecimento ou ciência que tem àquela por objeto²⁹. Contudo, esta afirmação nada acrescenta em termos de novidades, à investigação aqui desenvolvida, dada a trivialidade com que se adota, convencionalmente, ‘história’ para o primeiro sentido apresentado e ‘História’ para o segundo.

Não obstante, semelhante trivialidade tende a desaparecer paulatinamente quando se empregam expressões como ‘Filosofia da História’ e mesmo ‘Teoria da História’. A elucidação do sentido no qual o termo “história” está sendo empregado, em ambas circunstâncias, torna-se, mais do que nunca, necessário a toda e qualquer tentativa de compreensão do pensamento de um autor³⁰.

No caso de Droysen, saber identificar quando o mesmo emprega o referido termo em um sentido e quando o emprega em

²⁹ Cf.: BORGES, 2003, p. 11.

³⁰ Cf.: INWOOD, 1997, p. 160 – 161.

outro, constitui uma tarefa importantíssima. Ademais, é possível identificar na *Histórica* pelo menos cinco significações diferentes atribuíveis ao referido termo: ‘história’, enquanto curso dos eventos passados, ‘História’ como ciência, ‘história’ como categoria em sentido kantiano, ‘história’ como o fenômeno subsumido a esta categoria e, por último, ‘história’ como o conhecimento resultante desta subsunção.

É sabido que, antes de tudo, o tema central da referida obra constitui a busca pela fundamentação, formulação e exposição do método específico da História. Não obstante, definir métodos e técnicas mais adequados para se atingir o conhecimento histórico constitui, mesmo hoje, um dos assuntos mais polêmicos em matéria de epistemologia, um típico problema que permanece em aberto e que, na *Histórica*, mais do que nunca, soma-se à multiplicidade de sentidos que o termo ‘história’ assume no interior da mesma.

Um pequeno exemplo desta complexidade pode ser encontrado em *Verdade e Método I*, quando Gadamer refere-se à concepção de história droyseniana como não constituindo somente um objeto do saber, mas como o objeto que está determinado em seu ser pelo saber-se³¹.

Mas se o ‘saber a história’ é o objeto da ‘História’, a afirmação de Gadamer pode ser entendida como: a ‘história’ em Droysen está, já em seu ser, determinada pelo ‘saber-se’. Assim, antecipadamente, afirma-se que esta é a concepção material de Droysen acerca da ‘história’, passível de ser designada como historicização da história. A

³¹ GADAMER, 1997, p. 323.

História nada mais é que o próprio saber-se inerente à história, que é constituída por ações humanas. Droysen³² ainda faz questão de estabelecer que o Homem não responde, como ocorre com os animais e as plantas, ao conceito de gênero, mas sim ao conceito de história. Cada indivíduo, em particular, não pode ser definido segundo um gênero, mas deve recorrer à realidade histórica em busca de sua identidade presente. Para os seres humanos, segundo Droysen, “A autoprodução de sua essência é sua destinação e seu trabalho.” (DROYSEN, 1994, p. 104), e isso ele têm que fazê-lo ao longo da sua existência finita, mediante a assimilação – tomada de consciência – de que constitui um resultado histórico e deve contribuir, enquanto tal, para a continuação daquilo para o qual está destinado.

No *Compêndio* 1857 – 1858, por sua vez, Droysen afirma que:

a ‘História’ não é a soma dos acontecimentos, não é cada decurso de todas as coisas, mas um saber que concerne aquilo que chegou a ser o que é. Sem este saber, o acabado, o que chegou a ser o que é, seria como não acabado; seria passado. [...] A História é o resultado do experimentar e do indagar empíricos, é *Historie*. (DROYSEN, 1989, p. 325).

É para esta História, entendida como saber, que Droysen busca a autonomia científica e metodológica, assim como a considera sinônima da acepção primitiva do termo grego *historie*, especificamente, investigação³³.

³² Cf.: DROYSEN, 1983, pp. 12 - 14.

³³ Cf.: INWOOD, 1997, p.160 – 162.

Quanto ao termo ‘história’ em sua terceira significação, encontra-se em Schnädelbach, referente à teoria da ciência histórica de Droysen, a afirmação de que a história não pertence ao terreno do ser, mas constitui uma categoria no sentido kantiano da palavra.³⁴ Este terceiro sentido do termo pode ser encontrado na *Histórica* quando Droysen afirma que “Natureza e História são os dois conceitos mais amplos sob os quais o espírito humano concebe o mundo dos fenômenos” (DROYSEN, 1983, p. 14.).

Em outra obra, intitulada *Geschichtesphilosophie nach Hegel*, Schnädelbach discrimina pelo menos outros três desdobramentos, atribuíveis ao termo ‘história’, enquanto entendido como categoria transcendental, no interior da *Histórica*³⁵:

- a) História 1: a história é modo de concepção ou um modo de conceitualização de fenômenos dados, o que se aproxima daquilo que Kant denominou categoria.;
- b) História 2: história é o saber acerca de um objeto;
- c) História 3: história é o objeto de um saber.

Dado História 1, decorrem História 2 e História 3, isto é, aquilo que é subsumido na categoria de História corresponde ao terceiro sentido elencado por Schnädelbach, como o saber resultante desta subsunção corresponde ao segundo sentido apresentado por Schnädelbach.

Nestes termos, torna-se significativa a afirmação droyseniana de que sem este saber, que constitui a História, o acontecido, a história, seria como se não tivesse acontecido, pois seria desconhecida.

³⁴ Cf.: SCHNÄDELBACH, 1991, pp. 70 – 71.

³⁵ Cf. SCHNÄDELBACH, 1974, p. 92.

Apenas recordando, tomando o seu passado como objeto e subsumindo-o na categoria de História, cuja peculiaridade é reunir todos os fenômenos que não se apresentam à sensibilidade humana como mera repetição cíclica, mas como uma constante mudança cumulativa³⁶ que o ser humano chega à consciência de si, chega ao saber histórico.

1.5.3 – Os “Poderes Éticos”

Quanto ao conceito de “Poderes Éticos”, pode-se afirmar que este é empregado por Droysen, mais especificamente, na *Sistemática*, onde assume uma significação singular.

Não obstante, primeiramente faz-se necessário uma breve elucidação que concerne à tradução do referido conceito do alemão *sittliche Mächte*, uma vez que há uma discordância quanto à tradução deste por ‘Poderes Éticos’ ou por ‘Poderes Morais’. Em periódicos de língua inglesa³⁷, por exemplo, encontra-se geralmente a expressão *morals powers*, traduzida como ‘Poderes Morais’. Mesmo em *Verdade e Método I* é possível encontrar a expressão ‘Poderes Morais’, em afirmações substanciais, como “Este conceito dos poderes morais ocupa em Droysen uma posição central.” (GADAMER, 1997, p. 329) e mesmo a própria *Histórica* em versão espanhola adota a formulação “Poderes Morais” em lugar de “Poderes Éticos”.

³⁶ DROYSEN, 1983, p. 16.

³⁷ BURGER, 1977; ERMARTH, 1981; WHITE, 1980 e 1987.

Contudo, aqui, optou-se por adotar a expressão “Poderes Éticos”, com base nas indicações oferecidas por Caianiello na introdução de sua tradução para o italiano da *Histórica*. Segundo a especialista em Droysen, o autor emprega o termo *sittliche*, ‘Éticos’, com base na distinção entre ‘eticidade’ e ‘moralidade’, ao passo que opta por *Mächte*, ‘Poderes’, para diferenciar-se do conceito, na ocasião em forte vigência na Física, de ‘Força’.³⁸

Finalmente quanto à significação de “Poderes Éticos” no interior da *Histórica*, encontra-se em Ermarth³⁹, a indicação da expressão “Poderes Éticos” como sendo passível de ser entendida como sinônima de ‘instituições’, que refletiriam as concepções, ideais e convicções de um povo em uma determinada época. Neste sentido, Droysen, define como exemplos de “Poderes Éticos” a lei, o Direito e a Constituição, também aí estão as grandes necessidades e normas da economia, da igreja, da política, da guerra, da responsabilidade oficial e burocrática, da produção artística, etc. (DROYSEN, 1983, p. 37).

Pode-se afirmar que Droysen apela para a formulação de semelhante expressão em face da necessidade de - uma vez perdida a Unidade que o Sistema hegeliano conferia à história, somada à carência de um ‘todo’ hipotético⁴⁰ - adotar-se Unidades hipotéticas, capazes de operarem como o ‘todo’ da circularidade hermenêutica⁴¹, na qual os fatos históricos constituiriam ‘partes’.

³⁸ Cf.: DROYSEN, 1994, p. 73.

³⁹ ERMARTH, 1981. pp. 175 – 194.

⁴⁰ Hipotético, pois a história ainda não chegou ao seu fim para que se possa efetuar a circularidade todo-parte de modo decisivo na busca do ‘sentido’ hermenêutico.

⁴¹ Trata-se do “Círculo Hermenêutico da Compreensão”, cuja formulação tradicional prescreve que o significado do todo é definido a partir das suas partes constituintes, e as partes, por sua vez, só têm sentido quando consideradas em relação ao todo, do qual fazem parte.

Gadamer, além de destacar a centralidade deste conceito em Droysen, reitera que “Ele fundamenta tanto o modo de ser da história como a possibilidade de seu conhecimento...” (GADAMER, 1997, p. 329), isto porque são como Idéias, em sentido transcendental, segundo as quais é possível interpretar uma ação ou fato histórico como motivado por um Ideal: “Isto basta para mostrar segundo quais pontos de vista se deve investigar a história do povo, pretendo dizer: desta idéia nas suas múltiplas formas fenomênicas.” (DROYSEN, 1994, p. 436), complementar a Droysen.

Não obstante, este ainda reiterará, ao longo da *Histórica*, que a compreensão histórica, enquanto matriz geradora da consciência do presente, mobiliza os indivíduos a assumirem seu papel na formulação de novos “Poderes Éticos”, isto é, de novos Ideais.

CAPÍTULO 2

A hermenêutica ao centro da teoria da História de Droysen

O presente capítulo tem a pretensão de remontar-se para o interior da *Histórica*, com o objetivo principal de identificar em que medida a noção de Compreensão Investigativa constitui uma noção passível apenas de uma caracterização não meramente epistemológica. A hipótese da qual se parte é a de que, antes de constituir uma noção de relevância epistemológica, o conceito de compreensão constitui em Droysen um conceito ontológico, na medida em que este é apresentado como característica específica e inerente ao ser humano.

Para tal, efetuar-se-á, em um primeiro momento, uma caracterização negativa do método proposto por Droysen, com base na reconstrução analítica das teses principais presentes no artigo “A elevação da História ao nível de uma ciência”. Posteriormente, apresentar-se-á as diferentes formulações nas quais a noção de Compreensão Investigativa é apresentada no interior da *Histórica*. Em um terceiro momento, procurar-se-á submeter o referido conceito a uma análise de seus fundamentos e pressuposições, no intuito de explicitar o entrelaçamento de uma filosofia transcendental com uma teoria material acerca da história, prévia à formulação metodológica do Compreender Investigativo. Este entrelaçamento pretende ser revelador de uma reciprocidade entre compreensão histórica e autocompreensão, fato este suficientemente capaz de conferir-nos

sustentação para afirmação de que já em Droysen, no interior do século XIX, o conceito de compreensão constitui, muito além de um método, um conceito ontológico.

2.1 - O que a História não pode ser

No ano de 1859, o historiador inglês Thomas Buckle publica o primeiro volume da obra *História da Civilização Inglesa*. Semelhante fato representava a difusão das doutrinas fundamentais da filosofia positivista de Comte na órbita da historiografia inglesa. Estas, por sua vez, não tardariam a encontrar repercussão na Alemanha, cuja historiografia, no referido período, estava estritamente marcada pela ideologia romântica⁴². Embora entre os ideais românticos e a filosofia positivista não existisse uma hostilidade declarada, esta última não encontrou um terreno tão favorável à admissão no âmbito historiográfico alemão, conforme ocorrera na França de Comte e na Inglaterra de Buckle. Isto se deve ao fato de que em meados do século XIX, a historiografia alemã tenha iniciado seus primeiros passos em direção a uma segunda fase, onde começou a abordar a necessidade de fundamentação da História como ciência livre de todo e qualquer pressuposto metafísico – problemática na qual se envolveu a geração de historiadores a partir de Ranke⁴³.

No que concerne a Droysen, particularmente, a recepção da tradução de *História da Civilização Inglesa* para o alemão, efetuada por Arnold Ruge, implicou em uma minuciosa análise da referida

⁴² Cf.: BRAVO, 1968, pp. 5 – 27.

⁴³ Cf.: CASSIRER, 1964, p. 309.

obra, da qual resulta a publicação de um artigo intitulado “A elevação da História ao nível de uma ciência”. Neste, Droysen procura explicitar, sobretudo, o que considera as falhas metodológicas do livro de Buckle, rechaçando a pretensão implícita no mesmo de que o positivismo conferiria à História uma base científica segura⁴⁴.

No referido artigo, e com demasiada ironia, Droysen refere-se a Buckle nos termos:

O nosso fundador da ciência histórica lança-se com uma liberdade digna de reverência em sua tarefa. Ele não considera necessário elucidar os conceitos com os quais pretende trabalhar, não considera necessário circunscrever o âmbito no qual as suas leis encontram aplicação. O que é ciência e o que é História, pensa ele, todos já o sabem. Mas, pelo contrário, não ocasionalmente, ele faz com que fique destacado o que ela não é. (DROYSEN, 1937, p. 457).

Ao reprovar a iniciativa de Buckle, Droysen oferece uma caracterização acerca daquilo que a História não deve ser em sua pretensão de autonomia metodológica. Não obstante, toda crítica dirigida a Buckle possui um duplo significado: ao mesmo tempo em que estabelece reprovações à iniciativa do historiador inglês, Droysen prescreve quais são as exigências a serem admitidas pela História no itinerário de busca da autonomização metodológica. Na passagem acima transcrita, fica latente o senso de Droysen sobre a situacionalidade na qual a História se encontrava, assim como a

⁴⁴ Cf.: CASSIRER, 1964, p. 310.

identificação da necessidade de uma tarefa a ser efetuada. Esta, por sua vez, consistia na elaboração de uma teoria que estipulasse as condições de toda História possível; que contivesse elementos teoricamente fundamentados que pudessem estipular como e por quais meios deveria orientar-se a investigação histórica. Em uma palavra, a urgência de uma “Histórica”, de uma teoria que estipulasse as condições de possibilidade de todo conhecimento histórico⁴⁵. A História, segundo Droysen, encontrava-se atrasada em relação às ciências naturais, fato reconhecido quando comenta o intento de Buckle, nos termos:

Nosso tempo se orgulha pelo fato de que trabalha de modo cientificamente mais livre, mais elegante, com maiores resultados, inclusive práticos, do que qualquer período anterior. Com maior inclinação, este prêmio é dado às ciências naturais, em relação àquilo que elas produzem. A força destas disciplinas repousa no fato de que elas são, de modo completamente claro, conscientes das suas tarefas, dos seus meios e do seu método, assim como no fato de colocarem sob aqueles pontos de vista sobre os quais o seu método está fundado, e somente sob estes, as coisas que colocam sob o âmbito de suas investigações. (DROYSEN, 1937, p. 452).

Droysen reconhece nas ciências naturais aquilo que ainda mostra-se carente de execução na História: o método, a consciência da tarefa, a clareza do ponto de vista a ser adotado. O autor da *Histórica* não se limita simplesmente a criticar as ciências naturais, mas procura

⁴⁵ Cf.: KOSELLECK & GADAMER, 1990, p.17.

extrair, a partir dos avanços atribuíveis a estas, aquilo que a História ainda não possui. Não obstante, reprova a tentativa de Buckle de conferir um método capaz de elevar a História ao patamar de ciência mediante a adoção do positivismo de Comte:

Teria sido feita, de fato, uma nova conquista na ciência, quando os fenômenos vitais foram introduzidos na classe dos físicos e de fato o âmbito e essência da ciência estariam, assim, corretamente definidos? Deveriam os outros âmbitos do conhecimento humano reconhecerem-se como científicos apenas na medida em que estejam em condições de introduzir fenômenos vitais na classe dos físicos? Não seriam simplesmente os resultados e sucessos admiráveis das ciências naturais que disseminaram a convicção de que o seu método seria o científico por excelência, seria o único método científico? (DROYSEN, 1937, p. 453).

Segundo Droysen, Buckle não foi o primeiro que tentou empreender a adoção de uma metodologia externa à História como forma de conferir orientação ao ofício do historiador, afinal de contas a História recém havia rechaçado a filosofia especulativa da história de caráter hegeliano, e mesmo Ranke, mediante a defesa de um rigoroso procedimento de crítica das fontes, pretendia conferir objetividade ao saber histórico⁴⁶. Mas aquilo que Droysen condena no empreendimento de Buckle é propriamente o fato deste pretender “elevar a História a uma ciência através da demonstração de fatos históricos a partir de leis gerais”. (Idem, pp. 453 - 454).

⁴⁶ DROYSEN, 1994, pp. 129 – 140.

Não há leis gerais segundo as quais os fatos históricos transcorrem, segundo Droysen. Admitir isto, na concepção de Droysen, equivaleria ou à supressão da liberdade humana ou a admissão da possibilidade de prever o futuro. Cada sujeito humano, logo o próprio historiador, é um sujeito finito, incapaz de, em sua finitude histórica, conhecer o início ou o fim da história, para então determinar quais são as leis segundo as quais os fatos históricos transcorrem. Droysen está convicto de que cada fato histórico que venha a ser conhecido, deve ser considerado em sua particularidade; não há leis históricas gerais mediante as quais estas particularidades devam ser subsumidas e assim explicadas.

Através da minuciosa análise da obra de Buckle, Droysen reconhece que o surgimento de um empreendimento como *História da Civilização Inglesa* só fora passível de acontecimento pelo fato dos historiadores não terem se mobilizado seriamente, em busca de uma autofundamentação científica da História. Este lapso interno à Escola Histórica era o único fato que, segundo Droysen, poderia explicar o surgimento de novos intentos de delimitação, “a partir de fora”, de âmbito e método à História. Sendo assim, submeter a própria Escola Histórica a uma reflexão crítica quanto aos seus procedimentos, torna-se um dos objetivos aspirados por Droysen, o que fica latente na afirmação de que,

quando nos perguntamos pela justificação científica da História e pela sua relação para com outros círculos do conhecimento humano, quando pergunta-se pela justificação de seu método, pela conexão de seus meios e de suas tarefas, então, até agora, não

estamos em condições de oferecer uma resposta satisfatória. Por mais sério que tenham pensado os nossos historiadores acerca destas perguntas, a nossa ciência ainda não estabeleceu a sua teoria. (DROYSEN, 1937, p. 454).

Será neste sentido que Droysen advertirá que “Uma obra como esta de Buckle é muito apropriada para recordarmos em que medida não são claros e o quão são controversos os fundamentos de nossa ciência, difundidos em muitas e quaisquer opiniões.” (Idem, p. 454).

Buckle, assim, não constitui simplesmente uma ameaça a ser rechaçada, segundo Droysen, mas uma prova das deficiências da Escola Histórica Alemã. As ciências naturais, admite Droysen, no que concerne à estipulação de seus fundamentos, desde Bacon encontram-se à frente da História. Sendo assim, em que medida a simples refutação do referido empreendimento de Buckle seria satisfatória para a História?⁴⁷

Nestes moldes, Droysen converte a crítica ao autor de *História da Civilização Inglesa* em uma auto-análise avaliativa, em uma fonte que, indiretamente, indica as tarefas a serem executadas na História. Sob tal convencimento, Droysen finaliza seu ensaio afirmando que:

Para que se possa existir uma “ciência da História” é necessário que esta tenha um objeto próprio, específico e peculiar, ou seja, que exista uma classe de fenômenos aos quais não se possa aplicar nem o critério teológico, nem o filosófico; que estes fenômenos não possam vir a ser enfocados desde o ponto de vista das matemáticas ou da física. Trata-

⁴⁷ Cf.: DROYSEN, 1937, p. 455.

se de problemas que não podem ser resolvidos pela especulação teológica, nem pela filosófica, nem tampouco por este empirismo que só busca no mundo dos fenômenos o comportamento quantitativo; aqueles problemas não são passíveis de derivação lógica segundo princípios gerais, nem mesmo é possível explicá-los de um modo físico-matemático, mas tampouco se limitar a mostrá-los de uma maneira empírica; em uma palavra, trata-se de fenômenos aos quais deve-se “compreender” e cuja compreensão requer a elaboração de recursos conceituais próprios. (DROYSEN, 1937, p. 458).

Resta saber que âmbito de fenômenos é este que corresponde especificamente à História, o que lhes confere essa peculiaridade, assim como de que modo, partindo destes, a História pode fundamentar-se enquanto ciência autônoma, mediante a formulação de um método que não *explique*, apelando a leis gerais, os fatos históricos, mas que – conforme assinala Droysen -, *compreenda-os*.

Não obstante, a obscuridade que paira sobre este *compreender*, aqui, ainda constitui uma barreira a ser superada.

2.2 – O conceito de Compreensão no interior da *Histórica*

Na *Histórica* o conceito de compreensão, que permanece indefinido em “A elevação da História ao nível de uma ciência”, aparece sob três designações distintas e, ao mesmo tempo, inter-relacionáveis.

Na versão da *Histórica* correspondente a 1857, assim como no sexto parágrafo do *Compêndio* de 1857-1858, encontra-se: “podemos

agora dizer que a essência do método histórico é *compreender investigando*, é a interpretação.” (DROYSEN, 1994, p. 02), e, de modo sucinto, “A essência do método histórico é compreender investigando.” (DROYSEN, 1989, p. 326).

Na *Histórica* compilada por Hübner, por sua vez, encontra-se: “Nosso método consiste em compreender investigando. Este é o segundo princípio fundamental.” (DROYSEN, 1983, p. 30), e subsequente, “A tarefa do historiador é a de compreender investigando.” (Idem, p. 35).

Antes de tudo, portanto, a Compreensão Investigativa é, em uma palavra, o conceito designativo do método específico da História, ocupando um posto central no interior da teoria da História de Droysen, sob três designações oferecidas pelo autor: essência do método histórico; princípio fundamental da História enquanto ciência e tarefa do historiador.

Não obstante, o próprio Droysen reitera que, antes mesmo de constituir um método, a compreensão deve ser reconhecida como um ato de conhecimento especificamente humano frente às coisas humanas. “O compreender é o conhecer mais perfeito que nos é humanamente possível. Por isso, realiza-se de imediato, subitamente, sem que tenhamos consciência do mecanismo lógico que aí atua.” (DROYSEN, 1983, p. 34).

Ora, aqui reside a urgência de uma pergunta: em que medida as designações oferecidas por Droysen ao conceito de compreensão são suficientemente capazes de esclarecer o referido conceito no interior da *Histórica*?

A tarefa que compete cumprir, neste instante, é retroceder ao início da *Histórica* e tentar reconstruir a linha argumentativa desenvolvida por Droysen, que culmina nas referidas descrições. Somente assim, o conceito assinalado ganhará sentido e poderá ser entendido segundo a terminologia designativa adotada pelo referido autor.

Com base na tese de que à integração dos métodos hermenêuticos na historiografia Droysen não apenas confere uma formulação metodológica – Compreensão Investigativa –, mas inclusive uma fundamentação teórica à História⁴⁸, pretende-se retroceder ao início da *Histórica*, visando ali encontrar, mediante uma reconstrução dos fundamentos do referido método, um esclarecimento acerca do que significa, propriamente, Compreender Investigando.

2.2.1 - As notas preliminares à *Histórica*

Nas *Considerações Preliminares*, elaborada por Droysen em antecedência à Introdução da primeira versão da *Histórica*, o autor repete a afirmação implicitamente contida no artigo “A elevação da História ao nível de uma ciência”, segundo a qual qualquer pessoa tem uma imagem aproximativa do que seja a História, a historiografia e mesmo o que estuda a História; não obstante,

se acaso interrogar-se à nossa ciência sobre a sua legitimação, sua relação com outras formas e direções do conhecimento humano, se acaso existe

⁴⁸ Cf.: SCHANÄDELBACH, 1991, p.149 e GADAMER, 1997, p. 327.

uma investigação acerca da fundamentação de seu procedimento ou da essência de sua tarefa, aquela não está em grau de oferecer respostas satisfatórias.(DROYSEN, 1994, p. 79).

Ora, é sabido que a finalidade das lições proferidas por Droysen visa a autonomização e a fundamentação da História como ciência. Dado o contexto científico em que Droysen se encontra, isso pressupunha um confronto direto com outros saberes, a saber, a filosofia, por um lado, e as ciências naturais, por outro. Semelhante confronto será tecido, particularmente, no âmbito metodológico, onde Droysen encontra-se encurralado entre duas alternativas: de um lado o método especulativo-filosófico; de outro, o método científico-natural.

A História, que se afastara da filosofia da história hegeliana, prosseguia seus estudos sem perguntar-se pela peculiaridade de sua tarefa, pela sua fundamentação e pelas regras de seu procedimento.

“Que significa, pois: estudar história?” (DROYSEN, 1983, p. 5), “Em que consiste, portanto, o caráter científico da História? Em que relação se encontra este aspecto com o seu método?” (Idem, p.6). Estas constituíam, parafraseando Droysen, perguntas que até aquele momento haviam sido consideradas superficialmente nos círculos de historiadores. Disto provinha o fenômeno pouco agradável de que as demais ciências não sabiam em que situação se encontravam em relação à História, assim como a própria História não sabia o que se encontrava sob sua competência.⁴⁹

Uma vez identificada semelhante lacuna, Droysen admite para si o desafio de oferecer uma resposta a estes questionamentos,

convertendo esta carência em desafio, no ímpeto de “responder com coerência a estas perguntas, ilustrando sistematicamente o campo e o método da nossa ciência.” (DROYSEN, 1994, p. 79).

Esta é, sem dúvida, a essência da *Histórica*: oferecer uma justificação para a História, definir sua relação para com as outras áreas do conhecimento humano, definir a sua tarefa, a fundamentação de seu procedimento, explicitar o que a legitima enquanto ciência. Tudo isto, porém, frente à ausência de um consenso entre os historiadores quanto: à natureza do trabalho histórico – se este seria artístico, científico ou ambos -, e quanto ao direcionamento dado à pesquisa histórica – se esta visa o estabelecimento de leis que regem o curso dos eventos ou busca a descrição de fatos passados⁵⁰.

Esta é a razão pela qual Droysen reitera que:

Parece verdadeiramente, portanto, chegado o momento dos nossos estudos assumirem, em primeira pessoa, o estabelecimento da sua própria essência, da tarefa, da competência que lhe cabe. Tudo isto ainda não existe. Vou falar-lhes de uma disciplina que até hoje não existia, que ainda não tem nome nem posto no âmbito das ciências. (Idem, p. 80).

Trata-se de uma tarefa árdua, mas que desde muito tempo se faz necessária no âmbito histórico, assinala Droysen. A definição do âmbito, do método e da tarefa; três noções sobre as quais Droysen debruça-se, contudo em observância a duas advertências: primeira, de que “Jaz na natureza da coisa [*a investigação à qual ele se propõe*],

⁴⁹ Cf.: DROYSEN, 1983, p. 6.

que não se tome emprestado de outras ciências a definição de nossa ciência e as regras de seu procedimento.” (DROYSEN, 1983, p. 7).; segunda, que “empiricamente, tal como pretende ser nossa ciência, não podemos fazer outra coisa que encontrar e tomar nosso ponto de partida de forma empírica.” (Idem, p.7).

Apenas recordando o que outrora já fora indicado – no primeiro capítulo desta dissertação -, Droysen entende por empiria histórica a não dedução dos fatos históricos especulativamente e a não explicação dos mesmos mediante leis gerais. Não obstante, ao mesmo tempo, é preciso partir de fatos empiricamente acessíveis ao sujeito investigador, caso a História pretenda ser uma ciência empírica.

2.2.2 – Âmbito, método e tarefa da História na *Histórica*

Na primeira versão da *Histórica*, o historiador-metodólogo coloca-se de imediato a estabelecer, primeiramente, o campo da História, quando descreve:

A nossa disciplina abarca, na realidade, seja na prática, seja no método, um âmbito de problemas totalmente diferente daquele que costuma atribuir-lhe as opiniões correntes sobre a História. Esta, de fato, não se restringe àquilo que abarca o campo da historiografia, mas sim todo vir-a-ser e ser das coisas *humanas* tem em si um momento que é de natureza histórica, e este é, portanto, do ponto de vista científico, de competência da História. Este momento histórico é, nas coisas humanas, o mais

⁵⁰ Cf.: DROYSEN, 1983, p. 7.

importante; este é o humano por essência.
(DROYSEN, 1994, p. 80).

E logo em seguida, o modo como o método desta ciência deve ser estabelecido:

o método científico se determina segundo o objeto que deve tratar, assim como a estrada segundo a meta a que deve conduzir. A medida e a modalidade própria destas coisas históricas são investigadas em si mesmas; deve existir um método histórico, e apenas um, que seja aplicável a estes âmbitos.
(Idem, pp. 80 – 81).

Frente ao que considera as falsas alternativas para a História, a saber, as concepções especulativa e materialística do mundo, Droysen estabelece o âmbito das coisas humanas, consideradas em seu devir e em seu ser, como sendo o campo de objetos da História. Quanto à concepção de método a ser adotada, a metodologia da investigação histórica deve adequar-se, definir-se e estruturar-se de tal modo que contemple este ‘vir-a-ser e ser’ próprio das coisas humanas.

Neste sentido, o método histórico buscado por Droysen encontra-se entre a especulação e o empirismo, sem implicar, ao mesmo tempo, em um sincretismo de ambos. Sob tal situação, uma última consideração preliminar é firmada:

A tarefa que nos resulta com os estudos históricos é a de pensar historicamente (...) pensar historicamente não é, de fato, uma prerrogativa do investigador histórico ou do historiógrafo, mas todo aquele que tem a ver, seja na teoria ou na prática, para com as

configurações das coisas humanas, deve possuir e exercitar esta faculdade de conceber e colher os poderes éticos em suas múltiplas manifestações, assim como em sua continuidade. (DROYSEN, 1994, p.81)

Pensar historicamente, aqui, torna-se pressuposto básico para o estabelecimento de um método à História, pois, segundo Droysen, esta ‘tarefa resultante’ é sinônima de ‘ter senso da realidade’, é compreender que os ideais humanos somente são conhecíveis na medida em que são expressos e no modo em que se encontram expressos e acessíveis empiricamente, assim como em suas múltiplas mutações temporais.

Aquele que não pensa historicamente, não sabe o que é a desafeição filosófica pelo individual e pelo particular, assim como ignora aquela outra desafeição, ainda maior, que conduz a ver tão somente números e matéria, somente forças físicas. Contudo, aqueles que se voltam para os fenômenos mutáveis na certeza de que atrás dos mesmos encontra-se a verdade dos poderes éticos e que junto destes poderes éticos se realiza o espírito, têm a certeza de que nestes se encontra e se define a própria realização do espírito. (Idem, pp. 81 – 82).

A pretensão da História em ser científica repousa sob o pressuposto droyseniano de que as investigações históricas se façam em face à exigência de “pensar historicamente”. Somente sob a admissão deste último é possível, para Droysen, encontrar a verdade histórica, que define como:

verdadeiro é para nós um ser para o qual se dirige o nosso pensamento, quando aquele concorda com o nosso próprio *pensamento*, e *verdadeiro* é para nós o pensamento que concebe e apresenta um ser tal como esse o é... A verdade do ser se encontra no pensamento e a verdade do pensamento é verificável no ser. (DROYSEN, 1994, p. 82).

Todavia, há ainda uma questão pendente, e esta, por sua vez, assinala a transição para uma segunda etapa da presente reconstrução: “De que tipo é, portanto, o ser que corresponde ao pensamento e aos pensamentos da nossa ciência? De que tipo são os pensamentos que representam o ser tal como ele o é?” (Idem, p. 82).

Dado o critério de método adotado por Droysen - segundo o qual o método é definido a partir do objeto -, esta pergunta mostra-se como uma interrogação pela natureza do ser e do pensamento, no âmbito histórico. Isto constitui, entre parênteses, a comprovação primeira, extraível da *Histórica*, que avaliza a tese segundo a qual o método histórico droyseniano é estabelecido sob um entrelaçamento entre uma filosofia transcendental e uma ontologia da história, ou, em outros termos, que à teoria epistemológica da História, precede uma concepção material prévia, acerca da natureza do histórico⁵¹.

A busca de uma resposta para a referida questão constituirá, no interior da *Histórica*, o passo subsequente dado por Droysen.

⁵¹Cf. SCHNÄDELBACH, 1991, pp. 152 - 153.

2.3 – A fundamentação do método histórico mediante o entrelaçamento de filosofia transcendental e ontologia da história

Droysen procede a busca pela natureza do ser e do pensamento histórico na certeza de que, uma vez encontrados, seja possível a partir destes elaborar um método coerente às peculiaridades dos mesmos.

Não obstante, as prescrições orientativas desta busca recebem diferentes formulações nas versões de 1857 e 1937 da *Histórica*.

Quanto à primeira, o autor estabelece que:

toda ciência que reflita sobre seu próprio sentido e queira fundamentá-lo, deve buscar o seu próprio início. É próprio desta busca, que não busquemos o nosso começo desde o contexto de uma doutrina da ciência filosófica ou de um sistema teológico, mas sim iniciemos, por assim dizer, somente a partir daquele ponto no qual se chega a uma definição de história. (DROYSEN, 1994, p. 82)

Na segunda edição, por sua vez, encontra-se de forma mais resumida e sob a forma de uma interrogação: “Antes de tudo, como podemos vir a falar de história e de ciência da História?” (DROYSEN, 1983, p. 6).

Em comum, ambas as passagens assinalam para o início da busca e fundamentação do método específico da História mediante o estabelecimento de uma definição primeira de ‘história’, para que então seja possível falar em ciência histórica.

Tomando seu ponto de partida de modo empírico, Droysen observa que a história, que os fatos passados sob os quais deve

debruçar-se a História, são acessíveis aos sujeitos somente de forma indireta.

O que assim temos já não existe externamente e de acordo com a realidade; se encontra, posto que em seu ser externo é passado, somente como recordações e representações presentes em nosso espírito e somente aí têm vida e desde aí operam e cooperam constantemente. Com a palavra história, damos a entender a soma daquilo que aconteceu no decurso do tempo, na medida e até onde pode chegar nosso conhecimento do mesmo. (DROYSEN, 1983, p. 8.).

O passado, ao qual se deve dirigir a investigação histórica, não existe mais externamente. Como então é possível à História proceder uma investigação empírica do mesmo?

A solução droyseniana, no interior da *Histórica*, encontra-se na afirmação de que o sujeito da investigação histórica não constitui apenas um sujeito, mas ele mesmo é objeto de sua própria investigação. Isto porque Droysen considera que “... todo o rico conteúdo do nosso povo, da nossa época são, como qualquer um pode perceber, um resultado histórico e apenas neste resultado o passado é como que não passado...” (DROYSEN, 1994, p. 85). De acordo com o autor, “... todo ponto no presente, toda coisa e toda pessoa é um resultado histórico, contém em si uma infinidade de relações que lhes foram legadas e interiorizadas.”(Idem, p. 88).

Portanto, cabe ao historiador voltar-se aos “... documentos, monumentos, leis, situações, restos de todo gênero (...) que em virtude de sua permanência, no presente, ainda podem ser utilizados como materiais para pesquisa histórica.” (Idem, p. 88).

Contudo como isto é possível? E mesmo, qual o caráter destes materiais assim chamados históricos?

Droysen esclarece que “...a propriedade de ser material para a nossa ciência a encontramos onde as coisas conservaram a marca da mão e do espírito humano, onde este foi como que atravessado pela personalidade humana...” (DROYSEN, 1994, p. 92). Não obstante, ainda permanecem as perguntas: como esta investigação se dá, e mesmo, por que somente as coisas humanas, o mundo humano, constituem materiais para a História?

Não há melhor momento que este, no interior da presente análise, para fazer uso da versão da *Histórica* correspondente a 1937, onde graças à incorporação efetuada por Hübner dos artigos droysenianos de caráter elucidativo acerca de suas lições proferidas, é possível encontrar respostas às questões acima elencadas.

Para definir a natureza humana como sendo estritamente histórica, Droysen apela para a distinção Aristotélica entre animais, plantas e seres humanos, presente no *De Anima*,⁵². Isto permite-lhe distinguir:

o animal produz sempre um animal, a planta produz sempre uma planta, para que deste modo participem do eterno e do divino. Isto significa propriamente que a participação destes no eterno e no divino se dá mediante a continuidade de seus respectivos gêneros; é o gênero o elemento duradouro, a idéia que se fenomenaliza em cada novo animal e planta individuais, e de tal maneira que, em todas estas fenomenalizações, é o gênero que se repete

⁵² Contudo, isso não implica em um retorno a Aristóteles. Droysen recorre à versão alemã comentada de Trendelenburg, 1833 do livro II do *De Anima* de Aristóteles apenas para daí extrair uma expressão que seja correspondente ou mais adequada, em termos de designação, à sua concepção de ser humano. (Cf.: CAIANIELLO, 2000, p. 77).

periodicamente. Aristóteles agrega: o animal e a planta, individualmente considerados, não constituem um ‘si mesmo’, mas uma repetição do gênero. O gênero humano se caracteriza de maneira oposta. Nele domina a *epídotis eis auto*, o crescimento cumulativo sobre si mesmo, isto é, em cada novo indivíduo cria-se algo novo, um *plus*. (...) por isso cada indivíduo humano é alguém dotado de um valor próprio...(DROYSEN, 1983, p. 12 – 13).

Diferentemente do animal e da planta, cada indivíduo humano não constitui uma repetição de um gênero, mas um ser que reúne em si algo herdado de seus precedentes e que contribui com algo novo para com seus predecessores. Esta é a *epídotis eis auto*⁵³, a continuidade que caracteriza ontologicamente o ser humano e que permite a Droysen afirmar que, para cada indivíduo humano, “... em lugar do conceito de gênero, lhe é próprio a história.” (Idem, 1983, p. 13).

Somente mediante esta elucidação, extraída da *Histórica* correspondente a 1937, as afirmações contidas na *Histórica* de 1857 ganham sentido. Droysen refere-se ao humano, no interior desta última, afirmando que “A autoprodução de sua essência é a sua destinação e o seu trabalho.” (DROYSEN, 1994, p. 104), e repete que “...o conceito de Homem é um conceito tal que se forma tão somente ao longo da história, que devém continuamente nesta, e devém em todo eu empírico...” (Idem, 1994, p. 505).

Não obstante, mesmo definindo e justificando o que constitui propriamente o histórico, Droysen, retomando sua busca pelo

⁵³ A definição de *epídotis eis auto* é extremamente tardia na terminologia de Droysen, propriamente, posterior à versão da “Histórica” de 1857. (Cf.: CAIANIELLO, 2000, p. 76).

estabelecimento do método histórico a partir das peculiaridades do objeto, insiste em perguntar:

o que é que nos dá a norma e, por assim dizer, nos justifica resumir do caos das percepções sensíveis, umas como história e outras como natureza? Sabemos que tudo que se encontra no espaço se encontra simultaneamente no tempo, e vice versa; que as coisas não se dividem objetivamente fora de nós em natureza e história, que tempo e espaço constituem somente as categorias mais gerais segundo as quais decompomos e podemos ordenar a soma dos fenômenos. (DROYSEN, 1983, p.14)

Aqui, Droysen refere-se à natureza e à história não apenas como âmbitos distintos de objetos do conhecimento humano, mas sobretudo, como categorias, em sentido kantiano. Contudo, estas categorias não pertencem a uma Razão atemporal, mas sim a uma consciência que interpreta a si mesma como sendo histórica. Isto porque, na medida em que o ser humano deve construir sua essência ao longo do tempo, os indivíduos, subseqüentemente, devem assimilar, enquanto resultados históricos, todo conteúdo herdado que os constituem. A cada indivíduo cabe o papel de tomar consciência do conteúdo que constitui o seu eu, objetivando-o e, ao mesmo tempo, contribuindo para a continuidade da construção da essência humana.

Este processo é a história para Droysen e antes de apresentar qual é norma que permite ao ser humano chegar a obter conhecimento histórico - dentro dos limites e possibilidades espaço-temporais de seu conhecimento, Droysen preocupar-se-á em apresentar como se

desenvolve este processo temporal-humano de contínua construção da própria essência, que designa por *epídoxis eis auto*.

Segundo Droysen, dado o fato de todo indivíduo humano ser um resultado histórico este precisa assimilar o seu passado. Isto somente é possível na medida em que o indivíduo procura tomar consciência de si mesmo, do que o constitui e de tudo o que o rodeia. Todo o presente humano, o aqui e agora, é admitido por Droysen como uma expressão à qual cabe compreender, isto é, reconhecer no expresso a intenção daquele que se expressou mediante tal objeto, palavra, ato, fragmento, concepção, ideologia.

Compreender, portanto, é refazer o percurso da expressão, contudo retroativamente, partindo do expresso. No sétimo parágrafo do *Compêndio*, Droysen elucida que:

A possibilidade do compreender está condicionada ao fato de que a natureza espiritual do homem exterioriza todos os seus processos interiores em algo perceptível sensivelmente, e toda exteriorização remete-se a um processo interior. Esta, quando percebida, suscita idealmente naquele que a percebe empiricamente, o mesmo processo interior daquele que se expressou. Nós somente temos afinidade com o homem e com as coisas humanas, e somente estas podemos verdadeiramente conhecer. (DROYSEN, 1989, p. 326)

A compreensão, antes mesmo de constituir um método, é apresentada por Droysen como sendo a característica peculiar do ser humano enquanto ser histórico no processo de tomada de consciência de sua historicidade. A história mostra-se, portanto, como um

contínuo processo, no qual os indivíduos tomam consciência do passado que os precedeu e os constitui mediante a compreensão e, feito isto, concordam ou reagem frente ao conteúdo herdado, contribuindo para a mesma continuidade mediante a impressão de novas configurações, geradas em seu espírito, ao material que se encontra ao seu redor.

Recordando a alusão a Aristóteles, a história mostra-se para Droysen como um contínuo devir cumulativo de expressões humanas, que contêm na forma que lhes foi impressa, a intenção daquele que se expressou.

Isso permite a Droysen retornar à sua teoria do conhecimento histórico, afirmando que os fenômenos percebidos pelo sujeito como uma constante repetição são enquadrados na categoria de Natureza, ao passo que aqueles fenômenos nos quais é perceptível “... um permanente devir de novas formações individuais, onde cada formação nova não é meramente diferente da anterior, senão que parte da anterior e está condicionada por ela, de modo que pressupõe as anteriores e as têm idealmente em si, continuando-as e antecipando subseqüentes configurações.” (DROYSEN, 1983, p. 15 – 16), são enquadradas na categoria de História.

De acordo com Caianiello, o que caracteriza a reflexão metodológica de Droysen, antes do estabelecimento do método, é a apresentação de um paradigma de temporalidade histórica distinto do que considera tempo natural.⁵⁴

⁵⁴ Cf.: CAIANIELLO, 1989, p. 312.

Deste modo, “Na medida em que nos é humanamente possível ver e observar, somente o mundo humano tem esta marca do desenvolvimento progressivo, da continuidade que cresce em si.” (DROYSEN, 1983, p. 16). Portanto, apenas o mundo humano, fruto das ações e expressões dos indivíduos ao longo do tempo, são percebidos pelo sujeito humano como sendo históricos, graças à temporalidade específica dos mesmos e, neste sentido, apenas os fatos humanos constituem objeto para a ciência Histórica. É justamente este duplo sentido atribuído ao termo ‘história’ – categoria em sentido kantiano e condição necessária para a tomada de autoconsciência de si – que revela o entrelaçamento entre uma filosofia transcendental e uma ontologia da história, no interior do estabelecimento da fundamentação do método histórico.

Ora, se o critério de método adotado por Droysen prescreve que este deve ser definido a partir do objeto, resta a Droysen afirmar, conforme o faz no sexto parágrafo de seu *Compêndio*, que “A modalidade do conhecimento histórico, isto é, História, é determinada a partir do caráter morfológico do seu material.” (DROYSEN, 1989, p. 326), pois estes materiais são expressões humanas que contêm em sua forma, conferida pelas mãos humanas, a intenção do expresso, passível de compreensão. Logo, o único método suficientemente capaz de adequar-se à esta peculiaridade do material histórico é a própria compreensão. Aquela forma de conhecer, peculiar ao ser humano frente às expressões humanas, no processo de tomada de consciência do sujeito como sendo histórico, eleva-se agora ao posto de método específico da História.

Somente assim, Droysen pode afirmar categoricamente: “A essência do método histórico é compreender investigando” (DROYSEN, 1989, p.326).

A ‘investigação’ mostra-se associada à compreensão, enquanto designação do método histórico, na medida em que a compreensão do sentido das expressões humanas, dos materiais históricos, constitui uma tarefa infinita. Isto porque o próprio sujeito que efetua a investigação histórica encontra-se na continuidade *epidoética* da história. Este conceito de ‘investigação’ assinala, portanto, para a finitude do investigador, que avança rumo ao desconhecido⁵⁵, tomando consciência de si.

Isto permite concluir que a compreensão histórica equivale, reciprocamente, à própria autocompreensão do sujeito. Esta reciprocidade é um traço quase imperceptível no interior da teoria da história droyseniana. Contudo, vale frisar que, antes mesmo de constituir o método da História, a compreensão é uma característica inerente à natureza humana que, destinada a construir sua essência temporalmente e sem ter um gênero que a defina, obriga a cada sujeito, em sua finitude, a remontar o passado, partindo das expressões humanas acessíveis empiricamente no presente, em busca da identidade e consciência de si.

Sendo assim, a compreensão passa a constituir o centro da *Histórica*, passível de uma caracterização epistemológica, enquanto Compreensão Investigativa, mas antes de tudo um conceito ontológico.

⁵⁵ Cf. GADAMER, 1997, p. 332.

2.4 – A busca da cientificidade

Na versão da *Histórica* correspondente a 1937, encontram-se na seção intitulada *O método histórico*, tópicos de orientação para busca e estipulação do método histórico. Estes surgem em um contexto interno à obra, no qual Droysen acabara de expor sua concepção material prévia acerca do histórico, assim como caracterizara a ‘continuidade’ – *epídotis eis auto* – como sendo a característica que predomina no curso dos eventos históricos. Em defesa de um método próprio às ciências históricas, Droysen afirma que:

O que deverá ter importância no método histórico que buscamos são os três pontos seguintes:

1. O material que existe para a empiria histórica.
2. O procedimento, mediante o qual, obteremos resultados a partir deste material histórico.
3. Os resultados obtidos por este meio e sua relação com os fatos para os quais buscamos esclarecimento. (DROYSEN, 1983, p. 24 – 25).

Na seção anterior já procurou-se mostrar que, quanto ao material que Droysen distingue como pertencente à investigação histórica, estes são os restos de expressões humanas do passado, que chegam até o historiador situado no presente.

Quanto ao método, também é sabido que Droysen estipula a Compreensão Investigativa como sendo a essência de todo procedimento metodológico da História.

Contudo, quanto aos resultados obtidos por este método, assim como em que medida estes resultados podem ser considerados

científicos, Droysen somente estipula após o estabelecimento da Compreensão Investigativa.

Ainda na fundamentação do método mediante o entrelaçamento de uma filosofia transcendental e uma ontologia da história, Droysen fala implicitamente de um duplo acesso ao mundo dos fenômenos, em duas classes distintas de experiências possíveis, sintetizáveis nas categorias de História e Natureza.

Agora a novidade proposta por Droysen é a de que esta subsunção nas categorias de História ou de Natureza encontra sua expressão como ciências naturais e ciências históricas. Este fato é fundamentado por Droysen ao afirmar que “Esta duplicidade, tão presente no ser humano, fundamenta os dois grandes âmbitos dos conhecimentos científicos que elabora o espírito humano.” (DROYSEN, 1983, p. 13), subentendendo-se, ciências naturais e ciências históricas.

Ora, aqui, mais do que nunca, fica latente o desejo droyseniano de romper com o monismo metodológico positivista. Se a História pretende ser uma ciência empírica, conforme afirma desde o início de suas lições, portanto esta experiência empírica deve conter algo de especial, que a distinga do procedimento indutivo das ciências naturais. Por esta razão, antes de expor as diferentes partes constituintes da Compreensão Investigativa, Droysen procurará responder a uma última pergunta, a saber, “De que gênero são os conhecimentos obtidos e em que medida têm caráter científico?” (Idem, p.13).

Antes de tudo, a própria pergunta constitui uma afirmação: é possível obter conhecimento mediante o método da Compreensão Investigativa. Não obstante, seguem-se as questões quanto ao gênero destes conhecimentos, assim como se os mesmos são científicos e o que lhes confere cientificidade. Aqui reside um ponto fundamental de discussão, pois Droysen como que explicita que, do fato de ser possível obter conhecimentos mediante um método autônomo, ainda não significa que os mesmos conhecimentos sejam científicos.

Para que este conhecimento histórico tenha caráter científico, Droysen pergunta por um elemento geral e necessário⁵⁶.

Segundo Droysen, os conhecimentos históricos obtidos caracterizam-se, sobretudo, por não constituírem a reconstrução objetiva do passado, o que seria pretender encontrar a quadratura do círculo segundo Droysen, mas sim por constituírem parte do passado herdado por todos os seres humanos e que constituem os seres humanos enquanto seres históricos. Do conhecimento histórico, decorre a tarefa de “... enriquecer e alimentar nosso mundo intelectual com o conhecimento fundado na continuidade...” (DROYSEN, 1983, p. 36). Trata-se da autocompreensão de si mediante a compreensão histórica, da auto-identificação do sujeito como ser finito, contudo, participante da continuidade *epidoética*, da construção da essência humana ao longo do tempo. Com semelhante explanação acerca do gênero dos conhecimentos obtidos, Droysen acredita ter respondido à

⁵⁶ GADAMER, 1997, p. 223: Afirma que a perda da Unidade da história, enquanto consequência do rechaço da filosofia da história hegeliana, conduz os historiadores da segunda metade do século XIX à busca de um *a priori* para o conhecimento histórico.

GUTIÉRREZ, 2002, pp. 33 e 34: interpreta semelhante preocupação como se tratando de um retorno de Droysen à questão da totalidade, que “nos recorda Kant, ao qual, para que haja ciência é preciso que se agregue algo universal e necessário”.

questão quanto ao elemento geral e necessário que confere cientificidade aos conhecimentos históricos, afirmando que “com isto fica respondida a pergunta, quanto se o nosso conhecimento e nossa investigação histórica são e podem ser científicos.” (DROYSEN, 1983, p.36). Esta afirmação decorre do fato de Droysen identificar na própria continuidade histórica, que pressupõe autocompreensão de si e expressão, o elemento comum e permanente ao longo do tempo, o elemento geral e necessário capaz de garantir a cientificidade ao saber obtido pela investigação histórica. Na *epídoxis eis auto*,

... nesta continuidade e aumento o mundo histórico tem a sua verdade e o seu pensamento, e nossa empiria trabalha para explorar os detalhes do passado, na medida em que são empiricamente apreensíveis, para constatar nos mesmo, cada vez mais e de maneira empírica, esta continuidade e para apresentar os sujeitos individuais na corrente deste progredir, e por certo, em todas as direções do ser espiritual-sensitivo da natureza humana, tanto na alimentação, como nos conhecimentos, na linguagem e nos costumes, na indústria, nas artes, no comércio [...] Cada resto de material que se oferece à nossa empiria histórica deve ser explorado para ver se e como intervém nesta continuidade do trabalho histórico, cuja verdade é algo seguro para nós, pois nós mesmos, nosso povo, nossa cultura, nossos Estados são sua soma, seu resultado acumulado. (Idem, p.39).

Assim, Droysen inaugura o dualismo metodológico entre Explicação e Compreensão, fundado no fato de que, o ‘geral e necessário’ para a empiria histórica é totalmente distinto do elemento

geral do método indutivo das ciências naturais. O que Droysen postula não são leis gerais para a história, como ocorre na Explicação, mas sim o elemento comum que atravessa toda investigação histórica. Esta, enquanto Compreensão Investigativa, mostra-se, portanto, como tarefa infinita e sua própria infinitude, quando considerada sinônima de continuidade *epidoética*, constitui a pedra de toque que sustenta toda pretendida cientificidade do saber obtido no âmbito da História.

CAPÍTULO 3

A Compreensão Investigativa como método da História

Este último capítulo tem por objetivo apresentar a exposição e o ponto de vista segundo o qual a noção metodológica de Compreensão Investigativa deve ser aplicada enquanto método, conforme encontra-se respectivamente descrito por Droysen nos capítulos *Metódica* e *Sistemática* da *Histórica*.

Optou-se pela subdivisão do presente capítulo em três seções. Em um primeiro momento, pretende-se apresentar a exposição dos diferentes momentos constituintes do método formulado por Droysen, presentes na *Metódica*. Esta pretende ser a descrição lógica do método de compreensão e de suas normas, a serem observadas pelos historiadores. Posteriormente, efetuar-se-á uma transição para a *Sistemática*, propriamente o capítulo no qual Droysen discute a aplicabilidade da Compreensão Investigativa no interior de uma problemática específica, a saber, a preocupação enquanto historiador para com a perda da unidade da história após a refutação da filosofia da história de Hegel. Nesta, a busca de ‘unidades de sentido’, que funcionassem como ‘hipóteses de trabalho’ em busca de um sentido aproximativo para a história, mostra-se como a preocupação central.

Em um terceiro momento, procurar-se-á elencar as implicações resultantes da formulação do conceito de Compreensão Investigativa, primeiramente enquanto método e posteriormente no que diz respeito à ontologicidade inerente ao referido conceito.

3.1 – A *Metódica*: descrição da lógica da compreensão e de suas normas

Uma vez estabelecida a Compreensão Investigativa como essência do método da ciência histórica, Droysen transita para a apresentação dos diferentes momentos constituintes do referido método. Não obstante, no que concerne ao conceito de compreensão, o mesmo considera importante distinguir a compreensão enquanto ato propriamente humano e a compreensão enquanto método formulado na *Histórica*. Será sob esta perspectiva que Droysen afirmará:

O compreender é o conhecer mais perfeito que nos é humanamente possível. Realiza-se subitamente, sem que tenhamos consciência do mecanismo lógico do mesmo. Por isso o ato da compreensão é como uma intuição imediata, como um ato criador, como uma faísca de luz entre dois corpos eletróforos, como um ato de concepção. No compreender, a natureza sensitiva-espiritual do Homem participa totalmente, dando e tomando, procriando e concebendo, ao mesmo tempo. O compreender é o ato mais humano do ser humano e todo fazer verdadeiramente humano se baseia na compreensão, busca compreensão, encontra compreensão. (DROYSEN, 1983, p. 34).

Enquanto ato de conhecimento característico dos seres humanos, Droysen faz questão de ressaltar que a compreensão perpassa toda e qualquer ação humana. Tudo aquilo que o Homem faz, toda criação, toda impressão de forma à matéria previamente dada, todas as expressões – construções, inventos, máquinas, ideais,

concepções, ideologias, saberes, práticas, organizações sócio-político-econômicas e jurídicas –, têm por base a compreensão. Esta se mostra tanto no fazer-se – ‘busca compreensão’ –, quanto na percepção do humanamente criado – ‘encontra compreensão’. Trata-se, propriamente, de uma reciprocidade existente entre os seres humanos e entre o humano e as criações humanas. É neste sentido que Droysen afirma que todo ato de compreensão tem por fundamento a congenialidade⁵⁷, entendendo por esta última, tanto o traço comum da natureza humana, a saber, a exteriorização de todo e qualquer processo interior, como também a reciprocidade existente entre indivíduos humanos e as criações humanas, ambos marcados pela peculiaridade expressão-compreensão. Será propriamente esta a razão pela qual Droysen afirmará em seu *Compêndio*, que:

A possibilidade da compreensão está condicionada ao fato de que a natureza espiritual do Homem exterioriza cada processo interior em algo perceptível sensivelmente, e toda exteriorização reflete um processo interior. Uma vez percebida, a exteriorização suscita idealmente, naquele que a percebe, o mesmo processo interior que gerou a exteriorização. Temos afinidade somente com o humano e com as coisas humanas, e somente estas podemos conhecer. (DROYSEN, 1989, p. 326).

Não obstante, faz-se necessário lembrar que Droysen reitera que o mecanismo lógico da compreensão – método – difere do ato da compreensão. Mas em que medida o difere?

⁵⁷ Cf.: DROYSEN, 1983, p. 19.

Ora, a compreensão entendida como método tem por fundamento a compreensão enquanto modo de conhecer especificamente humano frente às coisas humanas. Droysen funda a Compreensão Investigativa – dado o critério de método adotado ao princípio de sua teoria da História, segundo o qual o método deve ser estabelecido a partir do objeto –, naquilo que constitui a característica mais peculiar do humano, enquanto objeto de investigação da História, a saber, a compreensão. Os seres humanos têm a peculiaridade de, frente ao humano, refazer o processo de exteriorização do expresso, quer seja este um texto ou toda e qualquer criação configurada pelas mãos humanas. Trata-se de uma busca por aquilo que gerou a expressão, uma busca pelo ‘sentido’, hermeneuticamente falando. Deste modo, quando afirma na transcrição precedente que ‘a possibilidade da compreensão está condicionada’, Droysen está se referindo à Compreensão Investigativa, ao passo que, subseqüentemente, descreve a compreensão como ato. No ato de compreensão, que ocorre subitamente, o grito de terror desperta no ouvinte o mesmo estado de pânico daquele que gritou⁵⁸.

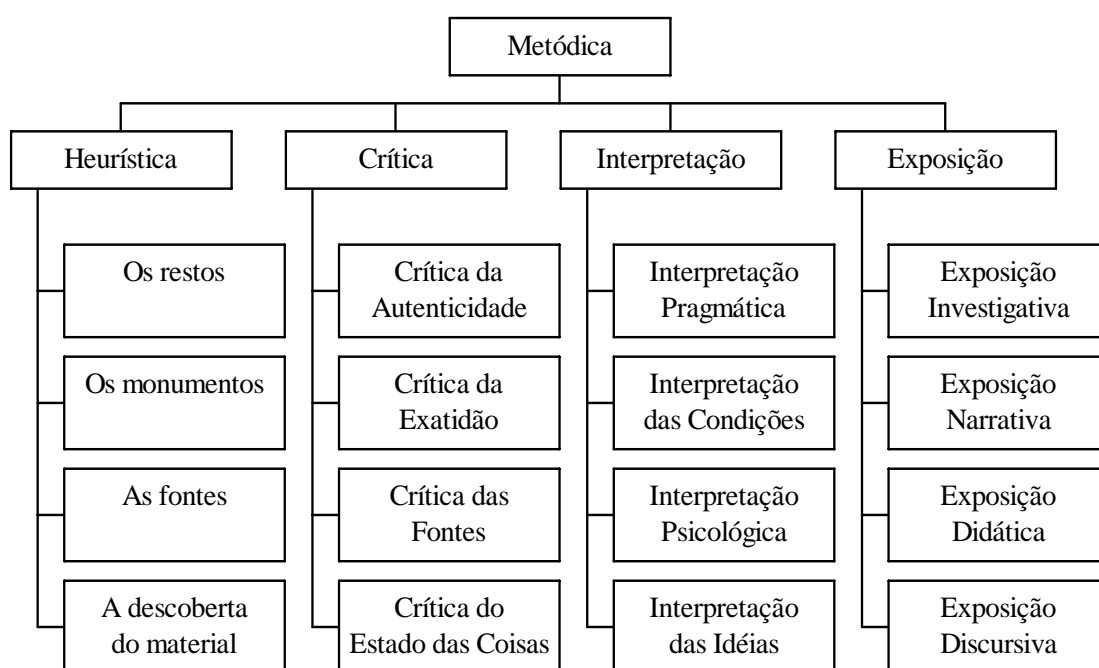
O historiador, frente ao seu objeto de estudo, deve, portanto, pretender identificar na forma que se encontra humanamente impressa no material histórico, aquilo que pretendeu-se expressar através da mesma. Deve buscar, em analogia à metáfora droyseniana, o que provocou este grito, esta expressão. Para tal, é preciso percorrer minuciosamente cada passo constituinte do método formulado, pois na

⁵⁸ Cf.: DROYSEN, 1983, p. 30.

investigação histórica, a compreensão não é súbita como no caso do grito de terror.

A *Metódica*, neste sentido, constitui a exposição dos diferentes momentos constituintes do método da Compreensão Investigativa, a saber, a *Heurística*, a *Crítica*, a *Interpretação* e a *Exposição*, conforme ilustra subseqüentemente a Figura 3:

Metódica da Histórica - 1857

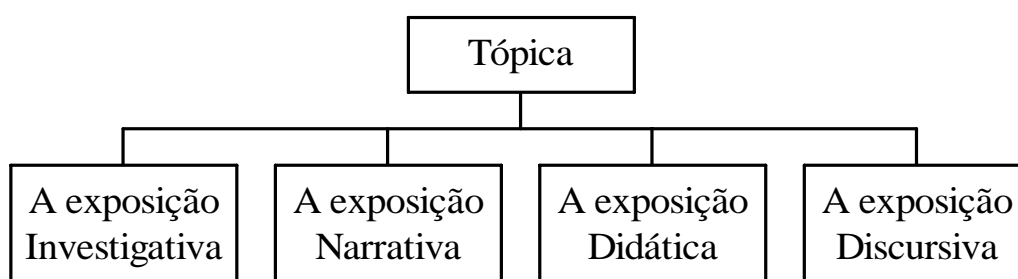


(Figura 3)

Como é passível de observação, cada seção constituinte da *Metódica* reúne em si os diferentes passos a serem percorridos pelo historiador, desde o início da investigação marcado pela busca de materiais para pesquisa – *Heurística* –, até as diferentes formas de exposição textual dos resultados obtidos.

Da versão da *Histórica* correspondente a 1857 para a compilação de 1937, a *Metódica* sofre algumas diferenças estruturais, que concernem especificamente à *Exposição*. Esta, conforme pode ser observado na Figura 4, ganha o status de terceiro capítulo da *Histórica*, intitulado *Tópica*.

Tópica da "Histórica" - 1937



(Figura 4)

Droysen justifica semelhante alteração em face de estar convicto de que constitui um “mero costume entender a exposição histórica tão somente como narração, ao passo que muitos acontecimentos da investigação histórica não merecem esta forma tão popular de apresentação.” (DROYSEN, 1983, p. 337). O termo ‘popular’, aqui, pretende advertir que a exposição dos resultados advindos da investigação histórica não devem ser simplesmente narrados, tal qual como se faz ao contar uma estória, mas sim merecem o status de registro científico. Segundo Droysen, “tudo aquilo que se obteve no decurso da investigação, necessita de uma correspondente exposição.” (DROYSEN, 1989, p. 333). Assim, o

autor define quatro tipos específicos de exposição, a saber, a *investigativa*, que procura narrar os fatos em consonância ao processo efetuado na investigação, sem apontar um fim definitivo, mas ressaltando a continuidade do processo investigativo; a *narrativa*, que procura reconstruir um quadro genérico do acontecido, uma *mimesis* do transcorrido, sob a forma de uma biografia; a *didática*, cujo objetivo é elencar os resultados da investigação de modo a serem didaticamente transmitidos; e, por último, a *discursiva*, que procura organizar os resultados da investigação sob um ponto de vista determinado, no ímpeto de apresentar uma solução ou alternativa para o esclarecimento de um problema que se pretende resolver no presente.

A *Heurística*, a *Crítica* e a *Interpretação* constituem os três momentos a serem percorridos, subseqüentemente, na aplicação da Compreensão Investigativa no ofício do historiador.

Uma vez que já foram oferecidas as devidas considerações acerca da *Tópica*, cabe agora ressaltar as demais seções constituintes da *Metódica*. Para tal, cabe a advertência de Droysen, segundo a qual “Em nosso domínio, devemos recordar que nenhuma das atividades de nosso método pode, em nenhum momento, ser sem a outra; mas cada etapa constituinte pressupõe as demais...” (DROYSEN, 1994, p.157).

É neste sentido, e no ímpeto de esclarecer o mecanismo lógico de funcionamento do método droyseniano, que procurar-se-á, nas três sub-seções que se seguem, apresentar cada etapa constituinte do método droyseniano.

3.1.1 – A *Heurística*:

Trata-se do início de toda investigação histórica. Aqui, a pergunta do historiador mostra-se determinante, uma vez que será segundo a mesma que o referido historiador procederá a sua investigação.

Segundo Droysen, “o início de nossa investigação é a pergunta e o investigar a partir desta pergunta” (DROYSEN, 1994, p. 158). Esta precedência da pergunta em relação à crítica, constitui uma reprovação à escola de Ranke⁵⁹, que mediante o estabelecimento de um rígido procedimento de crítica da veracidade do material histórico, acreditava poder oferecer uma reconstrução objetiva dos fatos passados.

Para Droysen, a pergunta denota um interesse, um conhecimento prévio acerca do investigável. Assim, a investigação histórica constitui a busca de uma confirmação, uma tentativa de confirmar a veracidade de algo do qual se tem informações esparsas.

Aqui Droysen abre espaço para a liberdade do historiador, para o livre indagar-se sobre o passado. Se este historiador não pode julgar o passado com os olhos do presente, também está impossibilitado de assumir uma neutralidade artificial frente aos fatos, uma vez que o próprio sujeito da investigação encontra-se no mesmo fluxo histórico dos acontecimentos que o precederam.

⁵⁹ Cf.: TESSITORE, 1971, pp. 311 – 350. e TESSITORE, 1984, pp. 1325 – 1410..

A heurística procura o material para o trabalho histórico, de acordo com a pergunta formulada pelo historiador. Em termos de Droysen,

O material histórico é constituído em parte de tudo que ainda resta de imediato daquele presente que buscamos, investigado e compreendido (**restos**), em parte de tudo aquilo que constituiu representações humanas e que nesta forma nos foi transmitida (**fontes**), em parte de uma composição de ambas as formas (**monumentos**). (DROYSEN, 1989, p. 328).

Será nesta abundância de restos, fontes e monumentos que o historiador deverá buscar da autenticidade dos mesmos, mediante um procedimento de crítica.

3.1.2 – A Crítica:

Segundo Droysen, “A tarefa da crítica é determinar em que relação encontra-se o material histórico do qual se dispõe para com os atos de vontade, dos quais dão testemunho.” (Idem, p. 330). Será mediante o procedimento crítico que a autenticidade do material recolhido será confirmada ou refutada: se estes dizem respeito ao fato investigado ou não, se estes constituem falsificações ou fontes tendenciosamente escritas.

Na *Crítica*, coloca-se em questão se o material, no estado em que se encontra no presente, conserva as peculiaridades segundo as quais foi criado e, desta forma, se ainda expressa o que se pretendia expressar através do mesmo. Investiga-se se acaso na configuração do

material, no instante de sua criação, este conseguiu expressar o pretendido, ou foi manipulado, em prol de uma concepção predominante na época de sua criação. Droysen ressalta que:

Nem a Interpretação, nem a Crítica investigam as origens. Origens e fins não são tarefas da investigação histórica, mas problemas da fé, da esperança e da especulação. A investigação histórica não quer explicar (*Erklären*), deduzir sob a forma de inferências, mas compreender. (DROYSEN, 1989, p. 331.).

Se a *Crítica* não visa a busca das origens e fins da história, por um lado, por outro a mesma procura questionar em que medida o material que o historiador dispõe está relacionado ou não ao fato que pretende investigar. Assim, a crítica da *autenticidade* coloca em questão se o material apreendido é de fato o que se pressupõe ser, ou se o mesmo é uma falsificação. A crítica da *exatidão* procura identificar se o material disposto conservou as peculiaridades de sua criação, se ainda expressa o que pretendia expressar quando o mesmo foi criado. Esta crítica da *exatidão*, quando aplicada às fontes escritas, constitui a crítica das *fontes*. Por último, a crítica do *estado das coisas* procura estabelecer uma ordem cronológica, determinando uma periodização ao material obtido. Somente então, é possível passar para a terceira e última etapa do método, que diz respeito à *Interpretação* dos materiais submetidos aos procedimentos críticos.

3.1.3 – A *Interpretação*:

Droysen procura esclarecer, consciente da historicidade do historiador, que nem a *Crítica*, nem a *Interpretação* têm a pretensão de descobrirem o início ou o fim da história. De acordo com a metáfora droyseniana do rio, através da Compreensão Investigativa é possível conhecer tão somente em que direção o rio da história escoar, enquanto sua nascente e sua foz permanecem inacessíveis ao conhecimento, dada a finitude do historiador.

A *Interpretação* oferece respostas à pergunta formulada pelo sujeito histórico ainda na *Heurística*, isto é, ela confirma se acaso o historiador perseguiu uma pista correta ou se os materiais que reuniu dizem respeito a um fato totalmente distinto daquele que despertou a investigação, ainda na *Heurística*.

Para que isto seja possível, a *Interpretação* subdivide-se em quatro etapas: a interpretação *pragmática*, a interpretação *das condições*, a interpretação *psicológica* e a interpretação *das idéias*.

Droysen estabelece uma analogia entre os quatro modos de interpretação e o ato de caminhar, onde os modos de interpretação, conforme respectivamente elencadas acima, correspondem:

- a) ao mecanismo do membro em movimento;
- b) à tensão dos músculos condicionados ao tipo de terreno e ao grau de dificuldade;
- c) à vontade que move o corpo;
- d) a finalidade daquele que exercita a

vontade, isto é, a virtude em prol da qual se caminha. (DROYSEN, 1989, p.331).

Sendo assim, à *Interpretação pragmática* corresponde a interrogação pelos nexos causais inerentes às fontes obtidas e aos fatos investigados; a segunda, a *Interpretação das Condições*, procurará reunir informações acerca das condições geográficas, físicas, materiais, econômicas, políticas, sociais em que o material foi gerado; a *Interpretação Psicológica* procurará identificar as motivações, os atos de vontade que produziram o acontecimento histórico. Esta, aponta para a tese hermenêutica, segundo a qual o intérprete conhece mais o autor do que este próprio conhecia-se. Finalmente, a *Interpretação das Idéias*, que procurará identificar os ideais e aspirações presentes no período em que o material histórico investigado foi construído, preenchendo lacunas e procurando identificar os fins aspirados por aqueles que agiram e deixaram o testemunho desta ação nos materiais interpretados.

Com isto Droysen pretende ter exposto todos os momentos constituintes do método que formula na *Histórica*. Não obstante, propriamente na *Sistemática*, o mesmo ainda buscará identificar sob quais pontos de vista o referido método deve ser aplicado, assim como quais são as unidades de sentido segundo as quais o montante de fatos interpretados podem vir a ter um sentido unitário.

3.2 – A *Sistemática*: a aplicabilidade da Compreensão Investigativa

De acordo com Droysen, a *Sistemática* tem por pretensão apresentar o ponto de vista sob o qual o método deve ser aplicado, para que a investigação da história resulte em uma História com sentido. Este ‘sentido’ pretendido não deve ser arbitrário ou previamente estipulado, mas sim uma tentativa que ofereça uma idéia aproximada da direção para a qual o fluxo do rio da história escoar. Em termos de Droysen, a *Sistemática* constitui um resultado da identificação do mundo histórico, mundo humano, como sendo um mundo ético, isto é, resultante de ações humanas. Ainda na Introdução da *Histórica*⁶⁰, Droysen afirma que, se é possível identificar uma causa eficiente no âmbito humano, na história, esta é a ‘vontade’.

A vontade que emerge do indivíduo, enquanto resultado histórico e enquanto situado em uma determinada época, equivale à mecânica dos átomos, em analogia às ciências naturais. É a vontade, fonte propulsora da ação, que faz com que o mundo humano, âmbito da História, seja um mundo ético, um conjunto de ações e resultados de ações que, na condição de sujeito histórico, herda-se e ao mesmo tempo contribui-se para a continuidade do mesmo. Em face disto é que Droysen afirma:

A nossa sistemática resultou da noção de que o mundo histórico é o mundo ético, mas enquanto concebido sob um determinado ponto de vista;

⁶⁰ Cf.: DROYSEN, 1983, p. 16 – 18.

porque o mundo ético pode ser considerado sob outros pontos de vista (...). Não obstante, considerar o mundo ético segundo o seu devir e crescer, no seu movimento próprio, significa considerá-lo historicamente. Considerá-lo historicamente, por sua vez, significa pressupor o reconhecimento de que tudo aquilo que está no âmbito do mundo ético é um resultado histórico, é algo que chegou a ser o que é, e que ao mesmo tempo, não cessa o seu movimento de devir e crescer. (DROYSEN, 1994, p. 413).

Droysen tem a pretensão de frisar o âmbito e, muito além disso, o modo de consideração do campo de objetos que destina à História. O ‘mundo ético’, enquanto entendido como o conjunto das ações humanas consideradas em seu devir contínuo, permite a conferência de um sentido aproximativo ao presente histórico. Uma vez admitida esta ‘pressuposição’, segue-se que:

Se a nossa ciência deveria ter a faculdade de considerar o mundo ético no seu devir, compreendendo-o como algo que veio a ser, um resultado; agora a sua sistemática corresponde à descrição da articulação do mundo ético (...) Para nós, o mundo ético deveria assumir o valor de um resultado histórico e poderíamos assumi-lo enquanto tal, e somente enquanto tal. Isto significa considerar todo o conteúdo do presente sua plenitude, conhecida e reunida historicamente. Esta realização viva dos ideais éticos, que constitui o presente e na medida em que se encontram realizadas neste, deveria fornecer-nos o esquema segundo o qual erguer-se-á nossa sistemática. (Idem, pp. 413 – 414)

O presente, enquanto composto pelas expressões da realização dos ideais éticos que moveram a humanidade no passado, é o campo

da História segundo Droysen. Neste sentido, se acaso fosse possível captar o modo como este mundo humano, mundo ético, chegou a ser, ter-se-ia o esquema que permitiria interpretar os fragmentos do passado de acordo com o modo pelo qual os mesmo fragmentos chegaram a ser o que são. Em termos metodológicos, Droysen pretende estabelecer a ‘continuidade’ como o elemento permanente na história e assim estendê-la à própria História, em face da ausência e inadmissão de leis gerais, de princípios estabelecidos *a priori* que confirmam significação ao desenrolar dos fatos históricos.

O problema que Droysen têm pela frente é o de conferir sustentação à aplicabilidade da Compreensão Investigativa. O autor vê-se pressionado por uma exigência muito similar a uma mescla de fragmentos de Heráclito com Arquimedes: se tudo flui, dê-me um ponto fixo. Se a continuidade, a *epídoxis eis auto*, o crescimento constante e cumulativo sobre si mesmo constitui a temporalidade da história, como estabelecer parâmetros segundo os quais os fatos constituintes da história tenham sentido?

Atento a isto, Droysen considera a própria continuidade como sendo o elemento sempre presente em todos os instantes da história e estipula que “o mundo ético apresenta-se, essencialmente, nas comunidades éticas” (DROYSEN, 1994, p.414). Isto significa que, embora se encontre em permanente mudança, o mundo ético está manifestado nas comunidades éticas, em determinados agrupamentos humanos que, não obstante a continuidade cumulativa da *epídoxis eis auto*, podem ser tomados como âmbitos gerais, constituintes do mundo histórico. Em outros termos, as organizações naturais, as idéias

e as ações práticas são as três faces nas quais a história ergue-se, cumulativamente, ao longo do tempo.

Quanto à História, por sua vez, esta passa a ter, pelo menos, três parâmetros orientativos, três pontos de vista segundo os quais deverá percorrer subseqüentemente, aplicando a Compreensão Investigativa’.

3.2.1- Poderes Éticos e Comunidades Éticas.

Para Droysen, os poderes éticos constituem as aspirações que movem os homens à ação ao longo do tempo e cuja reunião dos resultados destas ações constituem a história e fazem da história um mundo passível de ser designado como ético. Droysen também define os poderes éticos como sendo os ideais que moveram um povo, uma comunidade, em um determinado período. Neste sentido, Droysen afirma que:

A compreensão não é outra coisa senão a soma dos ideais éticos, em face dos quais tudo vem a ser o que é e a desenvolver-se no mundo ético, em um incessante progredir. (DROYSEN, 1994, p. 387).

Este poderes éticos⁶¹ são propriamente aquilo que moveu e move um povo, uma comunidade ou um indivíduo a expressarem-se mediante ações, a constituir a idéia de família, de povo, de Estado, de

⁶¹ Cf.: DROYSEN, 1994, p. 319. e DROYSEN, 1983, p. 35.

Direito, de religião. Todas estas expressões, que Droysen denomina poderes éticos, o mesmo procura reunir e organizar em três grupos específicos, aos quais intitula comunidades éticas.

Droysen afirma que, se o indivíduo humano em sua finitude é um resultado histórico, então “o Homem é tão somente um resultado da comunidade, por meio da qual veio a ser Homem.” (DROYSEN, 1994, p. 418).

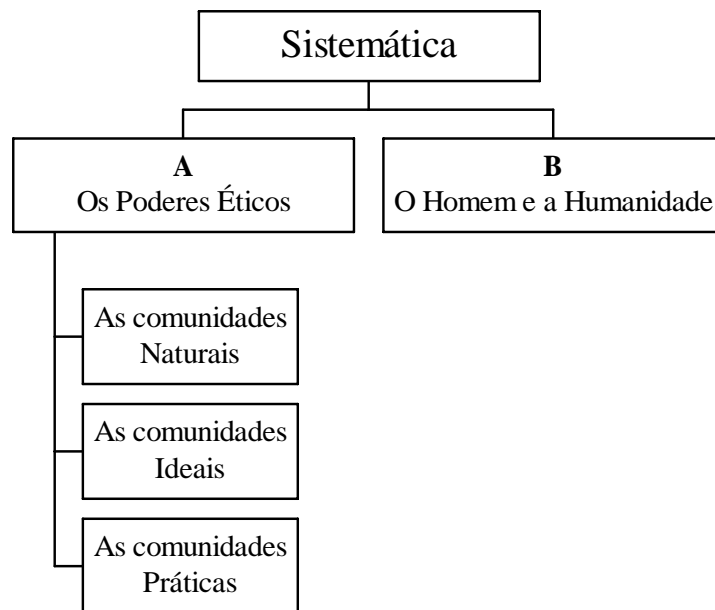
Somente nas comunidades das quais faz parte, somente no compartilhamento das aspirações, da assimilação ou rejeição dos ideais da vida comunitária, o indivíduo humano chega a ser um Homem.

Será nas comunidades éticas, com seus iguais, que o indivíduo poderá contribuir para a continuidade da história, poderá contribuir para a construção da essência humana, poderá remeter-se ao passado no processo de tomada de consciência de si.

De acordo com a Figura 5, é possível observar que Droysen considera, na primeira parte (A) da *Sistemática*, três comunidades éticas, a saber, ‘As Comunidades Naturais’, ‘As comunidades Ideais’ e ‘As comunidades Práticas’.

Cada qual reúne em si as formas específicas nas quais os poderes éticos manifestam-se ao longo do tempo.

Sistemática da "Histórica" - 1857



(Figura 5)

A primeira das comunidades, chamada naturais, inclui a família, o povo, a estirpe, as tribos. Nestas, “o elemento natural deve ser feito ético, mediante um primeiro querer, um primeiro desejar.” (DROYSEN, 1989, p 336). Estas devem ser elevadas, por um primeiro querer, à consciência de si, enquanto povo, enquanto família, enquanto nação, a fim de que “se realiza a idéia de humanidade” (Idem, p.336).

Nas comunidades ideais, “o elemento espiritual deve entrar na realidade e tornar-se assim, perceptivelmente, o vínculo entre os espíritos” (Idem, p. 337), ou seja, no falar e nas linguagens, no belo e nas artes, na noção de verdade e nas ciências, na noção de sagrado e nas religiões, deve começar a manifestar-se a dimensão espiritual

humana, em sobreposição à mera naturalidade. Embora estas noções sofram alterações a cada época, não obstante, ao identificar a noção predominante em um povo do qual resulta um fragmento, obtêm-se um sentido para o mesmo e com ele a descoberta e compreensão de um povo ou de uma época em sua particularidade.

Nas comunidades práticas, por sua vez, “movem-se os interesses que estão em conflito.” (DROYSEN, 1989, p.337), ou seja, é o âmbito das decisões, onde se faz presente a dialética, entendida como o encontro do diverso, das discussões, dos diferentes posicionamentos que, uma vez defrontados, levam ao conflito, à mudança histórica. Por este motivo, são constituintes das comunidades éticas a esfera do bem-estar, a sociedade, o trabalho, a economia, a esfera do Direito, os tribunais, a esfera do poder, a noção de Estado, as decisões do poder público e as relações entre estados, guerras, acordos, direito dos povos. Todos estes elementos, característicos de um povo considerado em sua época, formam a dimensão prática da organização humana.

3.3 – Implicações resultantes do conceito de Compreensão Investigativa

Em termos gerais, pode-se afirmar que o conceito de compreensão, conforme apresentado no interior da *Histórica*, é passível de duas caracterizações específicas, que concernem às implicações resultantes da consideração do mesmo. Primeiro, como “o conhecer mais perfeito que nos é humanamente possível.”

(DROYSEN, 1983, p.34) e, segundo, como o método específico da ciência histórica.

Enquanto modo de conhecer propriamente humano, exclusivamente frente àquilo que leva em si a marca do humano, Droysen afirma que a compreensão “se realiza subitamente, sem que tenhamos consciência do mecanismo lógico que neste ocorre.” (Ibidem, p.34). Ao tecer semelhante afirmação, Droysen pretende estipular que o modo de conhecer humano, frente às coisas humanas, não é inconsciente, mas tão somente realiza-se de modo súbito, como uma faísca de luz entre dois corpos eletróforos, conforme a metáfora empregada pelo mesmo. Neste sentido, a compreensão constitui uma característica pertencente exclusivamente ao modo de conhecer humano frente às coisas humanas. Em seu *Compêndio* Droysen afirma que:

A possibilidade da compreensão está condicionada ao fato de que a natureza espiritual do Homem exterioriza cada processo interior em algo perceptível sensivelmente e toda exteriorização remete-se a algo interior.(DROYSEN, 1989, p. 326).

Droysen pretende esclarecer que somente é possível ao seres humanos conhecer, em estrito senso, aquilo que lhe é congenial, isto é, aquilo com o qual o mesmo identifica-se por “afinidade”, por possuir a mesma natureza sua, humana, cujos traços e características marcantes são a duplicidade sensitiva-espiritual, assim como o fato de estar desprovido de gênero, o que é sinônimo de ter que construir, ao longo do tempo, sua essência por meio de suas ações.

Quanto ao não-humano, ao natural, àquilo que não é congenial ao ser humano, este é passível apenas de descrição, como as ciências naturais procedem frente a natureza.

Sendo o Homem um resultado histórico, o que significa que não nasceu no ponto zero da história, mas herdou todo um conteúdo que o constitui, tudo o que lhe resta fazer é tomar consciência daquilo que o precedeu. Não obstante, dada as limitações espaço-temporais da sensibilidade humana, é impossível ao sujeito acessar ao passado direta e objetivamente. “Nosso conteúdo espiritual é uma imensa quantidade de restos do passado que se encontram recolhidos em nós.” (DROYSEN, 1983, p.26). Este conteúdo espiritual nada mais é que todo o trabalho de construção da essência humana ao longo do tempo, ao qual todos os seres humanos estão destinados. Caso o sujeito busque por sua identidade, queira tomar consciência de si, autocompreender-se como resultado histórico, como algo que veio a ser, deve remontar a este conteúdo contido em si. Contudo, como o fazer?

Ora, Droysen define que o traço que define o perfil da natureza humana é a duplicidade sensitiva-espiritual e esta, por sua vez, define os âmbitos do conhecimento humano. Se considerado apenas espiritualmente, tudo o que o sujeito tem a fazer é refletir sobre os conhecimentos que adquiriu. Se considerado apenas quanto à sua sensibilidade, tudo o que o sujeito possui são representações empíricas. Droysen tem a clara pretensão de não aderir a nenhum destes extremos, mas sim de considerar o ser humano como um todo, contemplando estes dois traços de sua natureza.

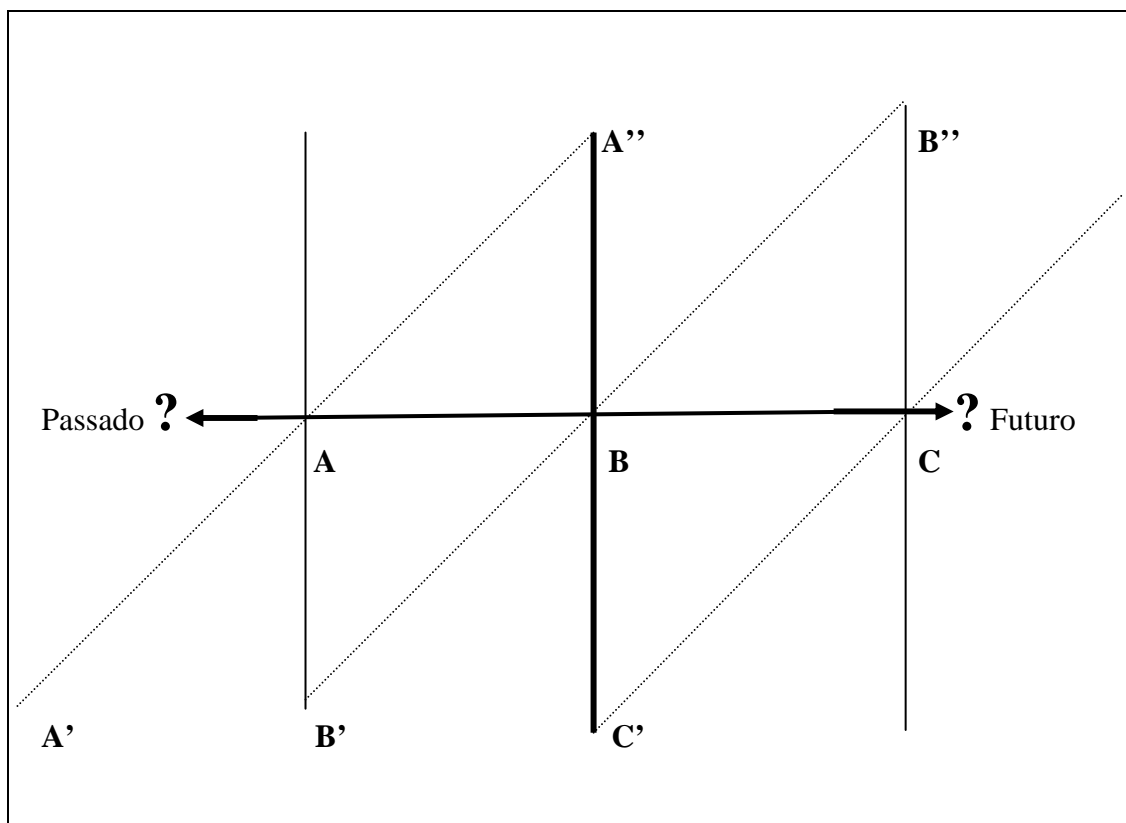
Agora, se o passado é em-si mesmo inacessível, Droysen reitera: “Toda nossa ciência se baseia no fato de que nós não construímos os passados a partir dos materiais existentes, senão que fundamentamos nossas heranças do passado, as corrigimos e as ampliamos” (DROYSEN, 1983, p. 27).

O passado herdado constitui os conteúdos que compõem o sujeito enquanto resultado histórico e a ‘ampliação, correção’ - sinônimas de autocompreensão - destas heranças, nada mais é que a tomada de consciência de si, tarefa que deve ser efetuada continuamente, em respeito ao primeiro princípio fundamental do conhecimento histórico, a saber, que o passado já não existe mais, mas encontra-se tão somente presente nos materiais que ainda são acessíveis empiricamente.

Mas que passado interessa ao humano? O passado histórico, os atos e ações propriamente humanas, as criações humanas, que ganharam expressão, que de algum modo encontram-se acessíveis no presente. Ali, nestas expressões, encontra-se o toque da mão humana, o conteúdo que se exteriorizou e que, para permanecer enquanto expressão, moldou a matéria natural previamente dada, conferindo-lhe uma forma. Deste modo, a escrita, a estátua, a pedra polida, todo e qualquer fragmento material, teórico, moral, que chega até o presente e foi configurado por um precedente é compreendido pelo sujeito presente, tal como se estivesse diante daquele que se expressou.

Neste sentido, a Figura 6 representa de modo substancial o que até agora vem sendo dito.⁶²

⁶² Esquema baseado em LYOTARD, 1992, p. 94.



(Figura 6)

Se acaso um indivíduo humano, neste exato momento (**B**) procure tomar consciência de si, o que tem a fazer é reportar-se ao passado, reportar-se a **B'**, contudo a partir dos fragmentos acessíveis empiricamente no presente, quer sejam estes textos ou toda e qualquer expressão cuja forma tenha sido impressa pelo Homem. Assim, estará tomando consciência daquilo que o constitui enquanto **B**, enquanto resultado histórico, que nada mais é que todo o conteúdo acumulado desde **A** até **B**. Quanto ao início ou fim da história, este mostra-se inacessível, dada a finitude em que se encontra **B**. Não obstante, isto permite-lhe autocompreender-se, compreender-se historicamente, fato que lhe permite tomar consciência de que a história é uma continuidade *epidoética*, da qual todos os humanos participam. Isto

lhe desperta o senso de que também há de contribuir para esta continuidade, estabelecendo novos ideais, novos costumes, propriamente **B''**, para àquele que o suceder, **C**, que em sua finitude, repetirá o mesmo processo.

A compreensão histórica, portanto, deve ser 'investigativa', pois a da tarefa da compreensão mostra-se infinita, sendo preciso refazê-la sempre sob novos pontos de vista, uma vez que, como afirma Droysen ao final do *Compêndio* de 1882, a História não possui, como as ciências naturais, instrumentos que permitam a experimentação e repetição dos fenômenos que se pretende explicar. Logo, tudo que resta ao historiador é investigar e continuar investigando, repetidamente⁶³.

⁶³ Infelizmente não dispomos deste exemplar. Por este motivo, optamos por parafrasear a citação feita por GADAMER, 1997, p. 332.

CONCLUSÃO

Ao deparar-se com a *Histórica* de Droysen não restam dúvidas quanto à destacável consciência do autor acerca de sua própria época. O senso do presente, do contexto científico-cultural e político na Alemanha da segunda metade do século XIX, conjugado com a precocidade de seus estudos acerca do Helenismo - termo cunhado pelo próprio historiador – e com sua experiência enquanto filólogo e tradutor de Ésquilo e Aristófanes, permite referir-se a Droysen como um exemplo de erudição.

Mesmo diante das acusações de relativismo epistemológico e perspectivismo, conseqüentes das próprias aporias em que resultara o historicismo ao final do século XIX, Droysen estabelece, um *dualismo metodológico*, estendido e expresso na separação entre ciências naturais e ciências históricas.

As reflexões materiais e formais presentes na *Histórica*, reflexões de lógica da ciência e de Filosofia da História, interligadas com a recepção da hermenêutica Romântica, conferem a Droysen o mérito de tanto preparar quanto antecipar a virada epistemológica efetuada pelos neokantianos, assim como a tradição hermenêutica na filosofia da história, que se inicia propriamente com Dilthey.

Nestes termos é possível referir-se à Compreensão Investigativa como o centro da teoria da história droyseniana e como a aproximação entre historiografia e filologia romântica. Semelhante fato, considerado no interior de uma história do desenvolvimento do problema hermenêutico da compreensão, permite situar Droysen entre

Schleiermacher e Dilthey. Se ao primeiro atribui-se a transcendentalização do problema hermenêutico da compreensão - na medida em que procura estabelecer as condições de possibilidades de toda e qualquer compreensão textual -, e ao segundo a tentativa de estabelecimento da compreensão como método específico das ciências humanas, a Droysen resta afirmar que o mesmo promove uma universalização da compreensão, na medida em que a formula como método e a estende a toda e qualquer expressão humana, não apenas textual.

Enquanto método, Droysen procura descrever na *Metódica* todos os passos da compreensão a serem percorridos pelo historiador. Não obstante, a Compreensão Investigativa somente é firmada enquanto elevação, ao patamar de método, daquilo que Droysen considera a característica propriamente humana. A compreensão, antes mesmo de constituir um método, é identificada como inerente à natureza humana. O ser humano, cuja natureza peculiar está marcada pela duplicidade sensitiva-espiritual, assim como pela destinação à construção de sua própria essência ao longo do tempo, constitui para Droysen um ser marcado pela compreensão. Isto porque somente a compreensão de si enquanto resultado histórico, somente a objetivação dos conteúdos herdados, que dominam e determinam o indivíduo muito além do que este os domina, permitem, segundo Droysen, ao indivíduo ser autoconsciente, a ter consciência histórica.

Somente o remontar-se ao passado, partindo do questionamento de toda obra humana acessível no presente e considerada em sua particularidade temporal própria, permite ao historiador chegar a uma

compreensão histórica, que equivale à própria compreensão de si. A história, neste sentido, torna-se o referencial para o qual o ser humano tem de apelar, em busca de identidade. O indivíduo compreende-se como imerso em uma continuidade cumulativa – *epídotis eis auto* –, para a qual deve contribuir, em prol da humanidade como um todo. Disto deriva o compromisso ético que, segundo Droysen, compete a cada ser humano, a saber, o de contribuir para a própria construção da essência humana ao longo do tempo.

Considerando que a História é a disciplina responsável pela investigação dos fatos passados, pode-se afirmar, portanto, que esta equivale à disciplina central da concepção droyseniana de formação. Isto porque a compreensão histórica, resultante da incessante investigação procedida pela História, equivale reciprocamente à autocompreensão do sujeito enquanto resultado histórico, enquanto algo que chegou a ser o que é.

Por este motivo Droysen não hesita em afirmar que o que confere maior significação à História enquanto disciplina é o fato da mesma estar comprometida com uma tarefa pertencente especificamente à natureza humana, a saber, a tarefa de compreender-se historicamente. Somente neste sentido pode-se afirmar que, antes mesmo da radicalização hermenêutica procedida por Heidegger e Gadamer, a compreensão já constitui, no interior da *Histórica* de Droysen, um conceito ontológico. Isto porque, se a história é propriamente o mundo humano considerado em seu devir e crescer, o Homem é histórico não primeiramente porque há história, mas sim só existe história dado o fato de cada sujeito, em sua individualidade, não

constituir um mero exemplar repetitivo de um gênero, como ocorre com os animais e plantas.

Uma outra possibilidade de interpretar a teoria da história de Droysen diz respeito a entendê-la somente como um projeto epistemológico. Contudo, neste último caso, Droysen pareceria defender a infinitude do procedimento compreensivo como forma de compensar a admissão de um ideal parcial de verdade, conforme critica Schnädelbach em *Geschichtsphilosophie nach Hegel*. Isto porque uma verdade objetiva, universal e necessária, independente do tempo, é completamente inadmissível para Droysen, em face da historicidade da razão.

Como legado droyseniano, fica em aberto a necessidade de que se efetue algo assim como uma Crítica da Razão Histórica, projeto que será assumido por Dilthey. Quanto a Droysen, permanece o clamor por um Kant, requerido quatorze anos antes do início das lições sobre Enciclopédia e Metodologia da História – no prefácio da edição do segundo volume de *História do Helenismo*, em 1843 –, que mostre, a exemplo do imperativo categórico, a fonte do agir histórico humano.

Por fim, resta deixar indicado duas novas hipóteses de continuidade do presente trabalho. Essas dizem respeito à investigação da recepção droyseniana da filosofia kantiana, que se dá através de Humboldt, assim como a identificação de quais são e em que medida são determinantes as convicções políticas e o nacionalismo prussiano de Droysen em sua teoria da história.

BIBLIOGRAFIA

Obras de Droysen:

DROYSEN, J. G. **Historik. Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte.** Hg. von R. Hübner. München, 1937.

_____. **Teologia della Storia. Prefazione alla Storia dell'Ellenismo II – 1843.** In: *Istorica. Lezioni sulla Enciclopedia e Metodologia della storia.* Trad.: L. Emery. Milano - Napoli, 1966.

_____. **Histórica. Lecciones sobre la enciclopedia y metodología de la historia.** Trad.: Ernesto Garzón Valdés y Rafael Gutiérrez Girardot. Barcelona: Alfa, 1983.

_____. **Compendio di Istorica (1857 o 1858): Prima versione manoscritta completa.** Trad.: Silvia Caianiello. In: *Estratto da Archivio di Storia della Cultura.* Morano Editore. Anno II, 1989, pp. 325 – 339.

_____. **Istorica. Lezioni di enciclopedia e metodologia della storia.** Trad.: Silvia Caianiello. Napoli: Guida, 1994.

_____. **Alejandro Magno. Trad.: Wenceslao Roces. México: F.C.E, 2001.**

Obras e Artigos complementares:

ALMEIDA, Custódio Luís da Silva de. **Hermenêutica Filosófica: nas trilhas de Hans-Georg Gadamer.** Porto Alegre : EDIPUCRS, 2000.

AMORÓS, Pedro. **La fuerza progresiva del cristianismo e la unidad de la nación alemana en la 'Histórica' DE J. G. Droysen.** In: *PANTA REI IV*, 2000, www.um.es/pantarei/pantareicuatro/maestrosistoria/droysen.html. (Acessado em 23/05/2005).

ANDERLE, Othmar F.. **A plea for theoretical history.** In: *History and theory*, n. 4, 1964. pp. 27 – 56.

APEL, K. O.. **Das Verstehen. Eine Problemgeschichte als Begriffsgeschichte.** In: *Archiv für Begriffsgeschichte*, n.1, 1955, pp. 142 – 199.

ARENDDT, Hannah. **El concepto de Historia: antiguo e moderno**. In: Entre el pasado y el futuro: ocho ejercicios sobre la reflexión política. Barcelona: Península, 1996, pp. 49 – 100.

_____. **A vida do Espírito: o pensar, o querer, o julgar**. Vol. 2. Trad.: Antônio Abranches, César Augusto R. de Almeida, Helena Martins. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1982, pp. 216 – 224.

ARISTÓTELES. **De anima**. Trad.: Carlos Humberto Gomes. Lisboa: Edições 70, 2000.

BORGES, Vany Pacheco. **O que é História**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BOTTURI, Francesco. **Senso storico e storicità: L'aporia della fine della storia**. In: www.cuturanuova.net/accademia/botturi/senso_storico.php. (Acessado em 20/02/2005).

BRAVO, Benedetto. **Philologie, Histoire, Philosophie de L'Histoire**. Wrocław; Varsovie; Cracovie: Zakład Narodowy Imienia Ossolinskich Wydawnictwo Polskiej Akademi Nauk, 1968.

BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a história**. Trad.: Leo Gilson Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

BURGER, Thomas. **Droysen's defense of historiography: a note**. In: *History and Theory*, n. 16, 1977, pp. 168 – 173.

CAIANIELLO, Silvia. **Finitezza ed eticità nel pensiero storico di J. G. Droysen**. In: *Estratto da* Archivio di Storia della Cultura. Morano Editore. Anno II, 1989, pp. 305 – 323.

_____. **La "duplice natura" dell'uomo. La polarità come matrice del mondo storico in Humboldt e in Droysen**. Soveria Mannelli: Rubbertino, 1989.

_____. **Droysen e l'idea storicista del tempo cumulativo**. In: *Estratto da* Archivio di Storia della Cultura. Liguori Editori. Anno XIII, 2000, pp. 75 – 92.

CANTILLO, Giuseppe. **A proposito di storicismo e pensiero politico**. In: *Giornale Critico della Filosofia Italiana*, n. 55, 1976, pp. 524 – 542.

_____. **Conoscenza storica e teoria della storia: Dilthey e Droysen**. In: *Società e storia*, n. 19, Gennaio-marzo, 1983, pp. 91 – 126.

_____. **Tempo storico e teoria della storia: Dilthey e Droysen**. In: *Studi Storici*, n. 24, 1983, pp. 91 – 126.

CAPONI, Gustavo A.. **La estructura de la comprensión objetiva: un estudio sobre la noción popperiana de análisis situacional.** In: *Revista Reflexão*. Campinas:UNICAMP, n. 61, 1995, pp.131-168.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.. **Uma Introdução à História.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARVALHO, Maria Cecília M. de.. **História, Interesse e razão: Karl Popper e a epistemologia da História.** In: *Revista Reflexão*, Campinas, n. 63, 1995, pp. 143 – 165.

CASSIRER, Ernst. **El Problema del Conocimiento, IV. De la muerte de Hegel a nuestros días [1832 – 1932].** Trad.: Wenceslao Roces, vol. IV. 2 ed. México: F.C.E., 1963.

_____. **A filosofia do iluminismo.** Trad.: Álvaro Cabral. Campinas: UNICAMP, 1992, pp. 246 – 313.

COBB JR., John B.. **Rumo a uma mudança de posição do historicismo e do positivismo.** In: *Concilium*. Lisboa/Recife: Livraria Moraes, n. 7, 1970, pp. 840 - 847.

CZERNA, Renato C.. **Miguel Reale e o historicismo contemporâneo.** In: *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, n.180, 1995, pp. 396-405.

_____. **Goethe, a Grécia e o historicismo.** In: *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, n. 195, 1999, pp.267 - 295.

DEVULDER, C. **Histoire allemande et totalité: Leopold von Ranke, Johann Gustav Droysen, Karl Lamprecht.** In: *Revue de Synthèse*, n. 108, 1987, pp. 177 – 197.

DILTHEY, Wilhelm. **Orígenes de la hermenéutica.** In: *El mundo histórico*. Trad.: Eugenio Ímaz. México, F.C.E, 1945, pp. 321 – 342.

_____. **Crítica de la Razón Histórica.** Trad.: Carlos Moya Espí. Barcelona: Península, 1986.

ERMARTH, Michael. **The transformation of hermeneutics.** In: *Monist*, n. 64, 1981, pp. 175 – 194.

FUETER, Ed.. **Historia de la historiografía Moderna.** vol. 2. Buenos Aires: Nova, 1971.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y Método**. vol. II. 8 ed. Trad.: Manuel Olasagasti. Salamanca: Sígueme, 1992.

_____. **Verdade e Método**. vol. 1. Trad.: Flávio Paulo Meuer. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Problemas epistemológicos das ciências humanas**. In: O Problema da consciência histórica. Pierre Fruchon (org.). Trad.: Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 17 – 25.

_____. **Lo cuestionable de la hermenéutica entre la Ilustración y el Romanticismo**. In: Verdad y Método. vol. I. 8 ed. Trad.: Ana Agud Aparicio y Rafael de Agapito. Salamanca: Sígueme, 1999, pp. 225 – 276.

_____. **Il Cammino deella Filosofia. L'eredità di Hegel**. In: www.emsf.rai.it/gadamer/interviste/22_eredite/eredite.htm#storia (Acessado em 20/02/2005).

GRONDIN, Jean. **HERMENÊUTICA: Introdução à Hermenêutica Filosófica**. Trad.: Benno Dischinger. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

GUIMARÃES, André Eduardo. **O sagrado e a história: fenômeno religioso e valorização da história à luz do anti-historicismo de Mircea Eliade**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2000.

GUTIÉRREZ, Carlos Bernardo. **Temas de filosofía hermenéutica: conferencias y ensayos**. Bogotá : Universidad Nacional de Colombia, 2002.

HABBERMAS, Jürgen. **¿Para qué seguir con la filosofía? (1971)**. In: Perfiles filosófico-políticos. Trad.: Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1975, pp. 15 – 34.

HAMLIN, Cynthia Lins. **A Hermenêutica Romântica de Wilhelm Dilthey**. In: www.ufpe.br/eso/revista8/romantica.html. (Acessado em 15/05/2004).

HARTMANN, Nicolai.. **Hegel**. In: Filosofia do Idealismo Alemão. Trad.: José Gonçalves Belo. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1960, pp. 285 – 670.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Introdução à Filosofia da História**. Trad.: Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: EdUnB, 1995.

HESSE, Reinhard (ed.). **Por uma Filosofia Crítica da Ciência**. Goiânia: UFG, 1987.

HOM, Tendrih Family. **O Historicismo e o Nacionalismo alemão**. In: www.geocities.com/tendrihis/history/erem.html. (Acessado em 07/07/2003).

HUSSERL, Edmund. **Historicismo y Filosofía de la Cosmovisión.** In: *La Filosofía como Ciencia Estricta.* Trad.: Elsa Tabernig. Buenos Aires: Almagesto, 1992, pp. 61 – 90.

HYPOLITE, Jean. **Introdução à Filosofia da História de Hegel.** Trad.: Hamílcar de Garcia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

INWOOD, Michael. **História.** In: *Dicionário Hegel.* Trad.: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1997. pp. 160 – 162.

_____. **Moralidade.** In: *Dicionário Hegel.* Trad.: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1997. pp. 224 – 226.

IGGERS, Georg G.. **On The Historian Task.** In: *History and Theory*, 6, 1967. pp. 57-71.

_____. **The German Conception of History.** In: Wesleyan University Press. Middletown, Connecticut, 1968.

JENSEN, Bernard Eric. **Handling a Legacy - 20th Century Debates on Method and Theory in Danish Academic History.** Revista Eletrônica. In: www.hum.ku.dk/.../arbejdsrapporter2/jensen.html. (Acessado em 12/02/2005).

KANT, Immanuel. **Idéia de uma História Universal de um ponto de vista Cosmopolita.** Ricardo R. Terra (org.). Trad.: Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. Comentários: Ricardo R. Terra; Gerard Lebrun e José Arthur Giannotti. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KOHLSTRUNK, Irene. **Logik und Historie in Droysens Geschichtstheorie.** Wiwsbaden: Steiner, 1980.

KOSELLECK, Reinhart & GADAMER, Hans Georg. **Ermeneutica e istorica.** Genova: Il Melangolo, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. **La comprensione dell'epoca attuale tra ermeneutica e modernità.** In: www.pardes.it/autori/coccolini/ermeneutica1.pdf. (Acessado em 20/02/2005).

KUYPERS, K.. **Hermeneutik und die interpretation der Logos-idee.** In: *Revue Internationale de Philosophie*, n. 29, 1975, pp. 52 – 77.

LABRIOLA, Antonio. **Storia, Filosofia della Storia, Sociologia e Materialismo Storico.** In: http://www.webalice.it/maggioantonio2/testi/altricomunisti/labriola/storia_filosofia.htm. (Acessado em 12/02/2005).

LAKS, André & NESCHKE, Ada. **La naissance du paradigme herméneutique**. Presses Universitaires de Lille. Paris, 1990.

LANGLOIS, Charles Victor & SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos Estudos Históricos**. Trad.: Laerte de Almeida Moraes. São Paulo: Renascença, 1946. In: www.fflch.usp.br/dh/heros/cursos/ktema/ktema2.html.(Acessado em 15/05/2004).

LYOTARD, Jean-François. “**Phénoménologie et Histoire**”. In: **La PHÉNOMÉNOLOGIE**. 11 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

LLEDÓ, Emilio. **Días y Libros**. 2 ed. Junta de Castilla Y León: Consejería de Cultura y Turismo, 1995.

_____. **Lenguaje e Historia**. Madrid: Taurus, 1996.

LÖWITH, Karl. **El sentido de la historia**. Trad.: Justo Fernández Bujan. Madrid: Aguilar, 1966.

_____. **De Hegel a Nietzsche**. Trad.: Emilio Estiú. Buenos Aires: Sudamericana, 1968.

_____. **Weltgeschichte und Heilsgeschehen**. Verlag W. Kohlhammer : Stuttgart Berlin Köln Mainz, 1973.

LÖWY, Michael. **O historicismo ou a luz prismada**. In: As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Trad.: Juarez Guimarães; Suzana Felice Löwy. São Paulo: Busca Vida, 1987, pp. 61 – 92.

_____. **Historicismo**. In: Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista. 13 ed. São Paulo: Cortez, 1999, pp. 69 – 91.

LYOTARD, Jean-François. **Phénoménologie et Histoire**. In: **La Phénoménologie**. 11 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1992, pp. 91 – 119.

MACLEAN, Michael J.. **Johann Gustav Droysen and the development of historical**. In: *History and Theory*, n. 21, 1982, pp. 347 – 365.

_____. **History in a Two-Cultures World: the case of the German Historians**. In: *Journal of the History of Ideas*, n. 3, vol. XLIX, 1988, pp. 473 – 494.

MASTROGREGORI, M.. **Diccionario de Historiografia: Método Histórico**. In: <http://www.pbmstoria.it/dizionari/storiografia/lemmi/267.htm>. (Acessado em 20/02/2005).

MEINECKE, F.. **El historicismo y sus genesis**. Trad.: José Mingarro; San Martín y Tomás Muñoz Molina. México: F.C.E, 1943.

MOMIGLIANO, A.. **Storia e storiografia antica**. Bologna: Il Mulino, 1987.

_____. **Ensayos de historiografía antigua y moderna**. México: F.C.E, 1993.

MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. **História stultitiae e História sapientiae**. In: Racionalidade e Crise: estudos da história da filosofia moderna e contemporânea. São Paulo: EdUFPR, 2001, pp. 13 – 42.

NOBRE, Marcos. **História e consciência de classe e a ciência histórica burguesa**. In: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, v.9, n. 1-2, 1999, pp.73-100.

OUTHWAITE, William. **Naturalismos e Anti-naturalismos**. In: Sussex University, www.ufpe.br/eso/revista8/william.html. (Acessado em 21/05/2004).

PALMER, Richard D.. **HERMENÊUTICA**. Trad.: Maria Luisa Ribeiro Ferreira. Lisboa : Edições 70, 1986.

PARRA, María Eugenia. **El Dualismo Explicación-Comprensión en la Metodología de la Investigación**. In: www.moebio.uchile.cl/01/frames27.html. (Acessado em 20/12/2004).

PEÑA, Napoleón Murcia. **La investigación cualitativa desde la complementariedad. Un diseño para poner en escena las realidades de la motricidad humana**. In: *Revista Digital* - Buenos Aires - Año 8 – n. 51 - Agosto de 2002, www.efdeportes.com. (Acessado em 25/11/2002).

PIRES, Francisco Murari (Org.).. **Regime(s) de Historicidade: entre *historia magistra vitae* e ‘história científica’**. In: Revista Eletrônica da USP, www.fflch.usp.br/dh/heros/cursos/ktema/ktema2.html.(Acessado em 15/05/2004).

RANKE, Leopold von. **História: Seleção de Textos**. Trad.: Sérgio Buarque de Holanda (org.). São Paulo: Ática, 1979.

REALE, Miguel. **Personalismo e historicismo axiológico**. In: Revista Brasileira de Filosofia. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, v.5, n.4, 1955, pp. 539-553.

REIS, José Carlos. **O historicismo: Aron Versus Dilthey**. In: Revista Brasileira de Filosofia. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, n.191, pp. 312-325, 1998.

RICOEUR, Paul. **Renunciar a Hegel. Rumo a uma hermenêutica da consciência histórica**. In: *Capítulo 7* de “Tempo e Narrativa. Tomo III”. Trad: Roberto Leal Ferreira. Revisão: Maria da Penha Villela. Campinas: Papyrus, 1997, pp. 335 – 415.

RIZO, G.. **Da compreensão Histórica: Idéias de Interpretação em Droysen, Burckhardt e Weber**. In: LOCUS: Revista de História. Juiz de Fora : UFJF, vol. 07, n. 01, 2001, pp. 107 – 119.

RODRIGUES, Eduardo Benes Sales. **O sagrado e a história: o significado do anti-historicismo de Mircea Eliade**. In: Revista Rhema. Juiz de Fora: Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antonio, v.3, n.10, 1997, pp.17 - 29.

RODRÍGUEZ, Berta Pérez. **Hegel y el fin de la historia**. In: Revista de Filosofia. v. 28. n. 2, 2003, pp. 325 – 352.

SCHNÄDELBACH, Herbert. **Geschichtsphilosophie nach Hegel. Die Probleme des Historismus**. Verlag Karl Alber GmbH Freiburg. München : Presse-Druck Augsburg, 1974.

_____. **Filosofía en Alemania, 1831 – 1933**. Madrid: Cátedra, 1991.

SOUTHARD, Robert. **Theology in Droysen’s early Political Historiography: Free Will, Necessity and the Historian**. In: *History and Theory*, v. 18, 1979, pp. 378 – 396.

SOVERAL, Eduardo Abranches de. **Tradicionalismo; nacionalismo e historicismo**. In: Revista Brasileira de Filosofia. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, n.129, 1983, pp. 82 – 89.

TESCHE, Adayr. **Interpretação: rupturas e continuidades**. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

TESSITORE, Fulvio. **L’“Istorica” di Droysen tra Humboldt e Hegel**. In: *Filosofia*, n. 22, 1971, pp. 311 – 350.

_____. **Linee di una storia dello storicismo da Humboldt a Dilthey**. In: *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*, v. XIX, 1984, pp. 1325 – 1410.

TORRE, Tereza López de la Vieja de la . **Comprensión**. In: Diccionario Critico de Ciencias Sociales: <http://www.ucm.es/info/eurotheo/diccionario>. (Acessado em 07/07/2003).

TORSTENDAHL, Rolf. **Fact, Truth and Text: the quest for a firm basis for historical knowledge around 1900.** In: *History and Theory*, n. 42, Wesleyan University, 2003, pp. 305 – 331.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.** 2 ed. Trad.: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília : EdUnB, 1992.

WACH, Joachim. **Die Lehre von geschichtlichen Verstehen bei Droysen.** In: *Das Verstehen.* Verlag von J. C. B. Mohr (Paul siebeck). Tübingen, 1926.

WALSH, W. H. **Introdução à Filosofia da História.** Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WHITE, Hayden. **Review of Droysen's Historik.** In: *History and Theory*, v. 19, 1980, pp. 73 – 93.

_____. **Droysen's historic: Historical. Writing as a Bourgeois Science..** In: *The Content of the Form.* Baltimore and London: John Hopkins University Press, 1987. pp. 83 – 103.

WIENER, P. P.. **On Methodology in the Philosophy of History..** In: *Journal of Philosophy*, v. XXXVIII, 1941, pp. 309 – 324.

WIKIPEDIA ENZYKLOPÄDIE. **Johann Gustav Droysen.** In: <http://de.wikipedia.org/wiki/Droysen>. (Acessado em 17/09/2004).

WOLKMER, Antonio Carlos. **O historicismo, o direito e o racionalismo crítico.** In: *Revista Brasileira de Filosofia.* São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, v.37, n.152, 1988, pp.291 - 302.